

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA
PEDAGOGIA BILÍNGUE

CASSIA DIVINO SANTOS

**REFLEXÕES SOBRE O RACISMO E SUAS MANIFESTAÇÕES NO ESPAÇO
ESCOLAR**

APARECIDA DE GOIÂNIA

2023



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Cassia Divino Santos

Matrícula: 20201090080262

Título do Trabalho: REFLEXÕES SOBRE O RACISMO E SUAS MANIFESTAÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- () O documento está sujeito a registro de patente.
- () O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
- () Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Cipariópolis de Goiás, 23/01/2024

Local

Data

Cassia Divina Santos

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

CASSIA DIVINO SANTOS

**REFLEXÕES SOBRE O RACISMO E SUAS MANIFESTAÇÕES NO ESPAÇO
ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato monografia, apresentado ao curso de Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia Bilíngue.

Orientadora: Profa. Dra. Keith Daiani da Silva Braga

APARECIDA DE GOIÂNIA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237 Santos, Cassia Divino
Reflexões sobre o racismo e suas manifestações no espaço escolar /
Cassia Divino Santos. - Aparecida de Goiânia, 2023.
62 f.

Orientadora: Dra. Keith Daiani da Silva Braga
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia,
Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, 2023.

1. Racismo. 2. Escola. 3. Corpo e cabelo da pessoa negra. 4.
Inferiorização. 5. Identidade negra positiva. I. Título

CDD 305.8

Catalogação na publicação:
Suzane Gonçalves Duarte Peixoto CRB 1/2746



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

TERMO DE APROVAÇÃO

CASSIA DIVINO SANTOS

REFLEXÕES SOBRE O RACISMO E SUAS MANIFESTAÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia como requisito parcial para a obtenção do título de **Licenciada em Pedagogia Bilíngue** e desenvolvido na linha de pesquisa **Educação, cultura e sociedade** sob orientação da Profa.Dra. Keith Daiani da Silva Braga.

Aprovado em 11 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

(assinado eletronicamente)

Profa.Dra. Keith Daiani da Silva Braga

(Presidenta - orientadora)

(assinado eletronicamente)

Prof.Dr. Wellington Cardoso de Oliveira

(Membro Interno)

(assinado eletronicamente)

Profa. Dra. Alciane Barbosa Macedo Pereira

(Membra Interna)

Documento assinado eletronicamente por:

- Alciane Barbosa Macedo Pereira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/12/2023 14:34:59.
- Wellington Cardoso de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/12/2023 11:07:33.
- Keith Daiani da Silva Braga, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/12/2023 10:59:47.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 484363

Código de Autenticação: be4b7ab11a



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Avenida Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd. 1, Lt. 1-A, Parque Itatiaia, APARECIDA DE GOIÂNIA / GO, CEP 74968-755
(62) 3507-5959 (ramal: 5959)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por ter me sustentado até aqui, sem ele eu não seria nada.

Agradeço ao meu filho Keven Henrique por ter me feito mãe e com isso a mulher mais forte que eu poderia ter me tornado, se até aqui cheguei foi por ele.

Agradeço ao meu esposo Ygor Henrique, que se tornou essencial para mim durante o meu processo. Sempre que eu queria desistir ele estava ali me aconselhando a não parar, me trazendo forças. Obrigada por cuidar tão bem do nosso filho e da nossa casa para eu não desistir de estudar. Como esposo, você nunca me disse sequer uma palavra de desânimo, pelo contrário, lutou junto comigo.

Agradeço à minha mãe Iolanda, que sozinha criou três filhos, e nunca deixou que faltasse um teto e comida na mesa para nós, e que sofreu muito na vida, mas não perdeu a alegria e a luz linda que ela tem.

Agradeço à minha irmã Amanda que me apoiou e vibrou por mim a todo o momento, me ajudou de todas as formas possíveis, mesmo estando distante.

Meus sinceros agradecimentos à minha sogra Wanilda, minha segunda mãe, que sempre me disse o quanto se sente orgulhosa pelas minhas lutas e que, mesmo cansada, depois de chegar do trabalho ficava com meu filho para eu poder estudar.

Agradeço à minha amiga Raiane, minha fiel companheira de estudos, que chorou comigo e sempre me aconselhou em tudo.

Agradeço aos meus professores e professoras, mestras e doutoras, por me transmitir tanto conhecimento para que hoje eu possa estar aqui compartilhando um pouco do que aprendi.

Meus sinceros agradecimentos também à minha maior inspiração dentro do Instituto Federal de Goiás- Campus Aparecida de Goiânia, a minha professora e orientadora Profa. Dra. Keith Braga. Saiba que te admiro muito, bem como admiro a sua história. Como mulher negra, você me inspira. Você é gigante e sabe disso.

Agradeço também minha outra referência de pessoa negra, membro da banca de defesa, o professor Dr. Wellington Cardoso que sempre me disse o quanto eu sou forte e sempre me aconselhou a buscar o melhor para minha vida. Além dele, também membra da banca, a professora Dra. Alciane Barbosa, por ter sido a primeira professora dentro do campus a me mostrar o mundo da psicologia e a amar as crianças. Sempre que me sentia ansiosa ou receosa me acalmava com suas belas palavras e seu modo bonito de ver a vida.

Por conta do racismo, cresci com pessoas ao meu redor me dizendo que eu não seria ninguém. Por certo tempo acreditei e interiorizei isso dentro de mim. Resolvi mudar a partir do dia em que uma ex- patroa, dentro do meu primeiro estágio na educação, colocou o dedo na minha cara e me disse que eu não serviria “nem para passar em concurso público”. Desse dia em diante eu prometi para mim mesma que nunca mais deixaria que alguém me colocasse como inferior pelo fato de eu ser negra.

Para finalizar, agradeço e dedico o meu TCC para a Cássia de 15 anos atrás. Uma menina negra, nordestina que não fazia à menor ideia de onde chegaria que sofreu com o racismo uma série de humilhações e que mesmo assim venceu a depressão. Hoje posso afirmar que o conhecimento liberta e transforma a vida do ser humano, portanto, acredito na educação pública e é essa educação que mudará a vida de tantas crianças de periferia que assim como eu chegou até aqui.

Como negra, não quero mais ser objeto de estudo, e sim o sujeito da pesquisa.
Djamila Ribeiro

O racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida.
Silvio de Almeida

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso tem como tema: “Reflexões sobre o racismo e suas manifestações no espaço escolar”. O objetivo geral da pesquisa foi compreender o que é o racismo e como ele se expressa no espaço escolar. Os objetivos específicos foram: primeiro compreender as diferentes conceituações de racismo e segundo: identificar como o racismo se manifesta no espaço escolar. A metodologia escolhida foi a pesquisa teórico-bibliográfica que tem como base o levantamento e revisão de obras publicadas sobre o assunto: livros, artigos, pesquisas de mestrado e doutorado entre outros. Os referenciais teóricos utilizados foram estudos étnico-raciais: Almeida (2019) Carvalho (2019) Cavaleiro (2010) Gomes (2005) e Kilomba (2020) para estudar o conceito de racismo e Moreira-Primo (2020) Moreira (2019) Nascimento (2009) Nogueira (2020) Oliveira (2022) e Pereira (2022) para refletir sobre o processo do racismo na escola. Como resultados do estudo, entendemos que o racismo possui diferentes conceituações, para Almeida (2019) o racismo é institucional e estrutural. Para Kilomba (2020) o racismo é principalmente cotidiano e se apoia em representações negativas das pessoas negras. A autora Gomes (2005) apresenta os diferentes conceitos das relações raciais no Brasil e para ela existe também um tipo de racismo que é chamado de individual ou comportamental, que é quando alguém agride ou rejeita diretamente pessoas negras. Para Cavaleiro (2010) vivemos no mito da democracia racial e por isso o racismo não é visto como algo grave e Nascimento (2009) mostra que a estrutura racial no Brasil é uma estrutura que tem sido letal para as pessoas negras. Outro resultado do estudo alcançado é sobre o espaço escolar, nele o racismo aparece como: a) rejeição do cabelo e corpo negro, a criança negra se sente constrangida com os padrões impostos de beleza onde o seu cabelo e seu corpo vira motivo de comparações e imposições do padrão de beleza branco b) recreativo, por meio de piadas e chacotas em que usam o humor para inferiorizar a pessoa negra, c) intolerância religiosa, em que as crianças pertencentes a religiões de matrizes africanas são levadas a se sentir constrangidas e a negar sua religião para não serem perseguidas. Para concluir, enfrentar o racismo é um desafio, é preciso em primeiro lugar enfrentar o mito da democracia racial e admitir que o racismo existe na escola, lutar para a efetivação da lei 10639/2003 e lutar por formação continuada para todos e todas as profissionais da educação para que as crianças possam se sentir seguras dentro do espaço escolar e que aquilo que foi, durante século, colocado como negativo em relação a pessoa negra e a cultura negra seja colocado como algo positivo e belo como também é.

Palavras-chave: Racismo. Escola. Corpo e cabelo da pessoa negra. Inferiorização. Identidade negra positiva.

ABSTRACT

This monograph has the theme: “Reflections on racism and its manifestations in the school space”. The general objective of the research was to understand what racism is and how it is expressed in the school space. The specific objectives were firstly, to understand the different concepts of racism and secondly: to identify how racism manifests itself in the school space. The methodology chosen was theoretical-bibliographical research based on the survey and review of published works on the subject: books, articles, master’s, and doctoral research, among others. The theoretical references used were ethnic-racial studies: Almeida (2019) Carvalho (2019) Cavaleiro (2010) Gomes (2005) and Kilomba (2020) to study the concept of racism and Moreira-Primo (2020) Moreira (2019) Nascimento (2009) Nogueira (2020) Oliveira (2022) and Pereira (2022) to reflect on the process of racism at school. As results of the study, we understand that racism has different conceptualizations, for Almeida (2019) racism is institutional and structural. For Kilomba (2020), racism is mainly every day and is based on negative representations of black people. The author Gomes (2005) defines the different concepts of race relations in Brazil and for her there is also a type of racism that is called individual or behavioral, which is when someone directly attacks or rejects black people. For Cavaleiro (2010) we live in the myth of racial democracy and therefore racism is not seen as something serious and Nascimento (2009) shows that the racial structure in Brazil is a structure that has been lethal for black people. Another result of the study achieved is about the school space, in which racism appears as: a) rejection of black hair and body, black children feel embarrassed by the imposed standards of beauty where their hair and body become a reason for comparisons and impositions of the white beauty standard b) recreational, through jokes and teasing in which they use humor to inferiorize black people, c) religious intolerance, in which children belonging to African-based religions are made to feel embarrassed and to deny their religion so as not to be persecuted. To conclude, facing racism is a challenge, it is first necessary to face the myth of racial democracy and admit that racism exists in schools, fight for the implementation of law 10639/2003 and fight for continued training for everyone and all professionals of education so that children can feel safe within the school space and that what was, for centuries, seen as negative in relation to black people and black culture is seen as something positive and beautiful as it is.

Keywords: Racism. School. Black person's body and hair. Inferiorization. Positive black identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - O QUE É RACISMO? REFLEXÕES CONCEITUAIS	17
1.1.Desigualdade e racismo no Brasil: o mito da democracia racial	19
1.2.Racismo e suas diferentes formas	23
1.3.Racismo e machismo: a condição da mulher negra	29
1.4.Preconceito e discriminação racial	32
CAPÍTULO 2: MANIFESTAÇÕES DO RACISMO NA ESCOLA	36
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso se trata de uma reflexão teórico-bibliográfica sobre o racismo e suas manifestações no espaço escolar. O objetivo geral da pesquisa foi compreender o que é o racismo e como ele se expressa no espaço escolar. Os objetivos específicos são os seguintes: a) Compreender as diferentes conceituações de racismo e b) Identificar como o racismo se manifesta no espaço escolar. Dessa maneira, durante os meus estudos, em primeiro momento procurei conceituar o que é racismo com a ajuda de autores e autoras dos estudos étnico-raciais, depois entendê-lo no espaço escolar, como ele aparece na escola.

Interessei-me pela temática racial por dois motivos. O primeiro se trata da minha experiência de vida como mulher negra, que logo infância sofreu muito com o racismo. Quando cheguei na educação escolar, o racismo se tornou ainda mais forte, mas até então eu não sabia que o que acontecia comigo era racismo. Hoje na vida adulta ainda sofro com essa violência e discriminação, inclusive no meu espaço de trabalho, mas tenho consciência de que se trata especificamente de racismo.

O segundo motivo que me fez despertar o interesse por pesquisar sobre o racismo foi através da disciplina de PEEI- Práticas de Ensino e Estudos Integradores: Educação e Diversidade - Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-brasileira e Indígena do curso de Licenciatura de Pedagogia Bilíngue, que é ministrada pela professora Keith Braga, orientadora dessa pesquisa. Ao passar pela disciplina percebi que o que eu sabia sobre a história das pessoas negras escravizadas no Brasil era muito rasa. Fiquei em choque que aos 25 anos de idade eu não sabia o que era de fato o racismo. Foi então, naquele momento da minha graduação, 6º período, que percebi que tudo que sofri na minha vida quando criança até a vida adulta era racismo. Como uma mulher negra que acabou de abrir os olhos sobre o impacto da discriminação racial em sua própria vida eu não poderia finalizar este curso sem colocar por escrito o que eu fui aprendendo. E meu intuito era que durante minha escrita, ao longo de um ano, eu pudesse ir me apropriando do que é o racismo e como ele é visto na sociedade. Portanto foi e é de muito amadurecimento para mim a escolha e desenvolvimento dessa pesquisa.

Outra razão para eu ter escolhido este tema de TCC é a relevância social, e a importância que essa temática tem na atualidade, pois o racismo ainda existe na escola e por isso trabalhos e pesquisas que abordem o assunto são extremamente necessários. E quando escritos por pessoas negras se torna mais forte, pois quando uma pessoa negra retrata o

racismo ela está retratando que ela mesma passou e passa durante a vida. Por isso é necessário pesquisadores/as negras também contando e retratando as suas histórias.

Esta pesquisa se trata de um estudo teórico-bibliográfico, ou seja, toda pesquisa se baseou em livros, capítulos de livros, artigos e pesquisas da temática para poder refletir teoricamente sobre o que escolhi pesquisar.

Como destaca o autor (GIL, 2008, p. 50):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios pode ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Gil (2008) explica que esse tipo de pesquisa é muito adequado para estudos com baixo orçamento. No caso deste TCC, muitos materiais, livros, estão disponíveis na internet ou nas bibliotecas.

Os referenciais teóricos do meu estudo foram os autores e autoras dos estudos étnico-raciais: Almeida (2019), Carvalho (2019), Cavaleiro (2010), Gomes (2003), Gomes (2005), Gomes (2021), Gil (2008), Kilomba (2020), Moreira-Primo (2020), Moreira (2019), Nascimento (2009), Nogueira (2020), Oliveira (2022), Pereira (2022).

Estes referenciais teóricos me fizeram entender que o racismo não se trata de uma opinião que alguém tem sobre negros, que o racismo também não é uma “ruindade” que as pessoas têm dentro de si, mas sim um problema social, estrutural e institucional.

Com os autores e autoras estudadas compreendi que o racismo é uma forma de organização social em que as pessoas negras estão em graves desvantagens sociais em relação às pessoas brancas. Também aprendi que o racismo é cotidiano, conforme aponta Kilomba (2020), por isso ele está na forma das pessoas falarem, nas piadas, na visão negativa que as pessoas têm dos negros, no racismo em forma de brincadeira, em diversas formas de inferiorizar as pessoas pretas.

A escola é um espaço institucional e nela existe o racismo, conforme aprendi com Silvio de Almeida (2019). Por isso, mesmo que as pessoas digam que as crianças são tratadas todas com igualdade, uma análise atenta mostra o contrário, que existe sim racismo na escola, conforme minha pesquisa aborda.

Os resultados de minha pesquisa estão organizados em dois capítulos. No primeiro, chamado “O que é racismo” abordo o que é o racismo, o conceito de racismo e outros conceitos que ajudam a entendê-lo, tais como: raça, preconceito, discriminação, racismo cotidiano, racismo institucional, mito da democracia racial, racismo estrutural. Já no segundo capítulo, abordo como o racismo se manifesta no espaço escolar, especialmente pela rejeição do cabelo das pessoas pretas, de forma recreativa por apelidos e “brincadeiras” e por fim na intolerância religiosa.

O trabalho termina nas minhas considerações finais, local em que apresento uma reflexão de tudo que foi possível alcançar com a pesquisa, o que precisaria de aprofundamento e meus interesses futuros.

CAPÍTULO 1 - O QUE É RACISMO? REFLEXÕES CONCEITUAIS

Este capítulo foi construído para responder o meu primeiro objetivo do Trabalho de Conclusão de Curso que é explicar o que é o racismo. Para isso apresentarei o que os e as autoras dos estudos étnico-raciais propõem para os seguintes conceitos: democracia racial, racismo individual, racismo estrutural, racismo cotidiano, racismo e machismo, preconceito e discriminação.

Começo com a autora Eliane Cavalleiro, formada em Letras e Pedagogia, mestra e doutora em educação pela Universidade de São Paulo. Ela desenvolve pesquisas étnico-raciais. Em especial, no livro “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil”, a autora trabalha com a ideia de que a nossa sociedade brasileira branca sempre praticou o racismo e que a herança escravocrata está presente até os dias atuais no nosso Brasil. A autora explica que a sociedade transmite o mito da “democracia racial” que nega a existência do racismo no Brasil. E que essa negação dá muita força a discriminação e a dominação da branquitude.

Também apresento as conceituações de racismo para Grada Kilomba, autora portuguesa, escritora e teórica formada em Psicologia e Psicanálise, seu trabalho tem como foco a memória, trauma, gênero e racismo. Kilomba é doutora filosofia na Universidade Livre de Berlim, Alemanha. O estudo que utilizarei é o “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano”, estudo se tornou livro e foi publicado pela primeira vez em 2008 em Berlim e ficou conhecido no mundo todo desde então Kilomba (2020) chama o racismo de algo “indizível”, ela retrata o racismo não falado, a realidade de um racismo violento da Europa, lugar em que nasceu e vive a pesquisadora. Em suas palavras: “*O racismo aqui é visto como um fenômeno periférico com padrões e que a qualquer momento pode ser removido como se fosse uma tinta*” (p.70). Ela discute as formas de “velamento” do racismo sendo tratado como se não existisse, e o grande desrespeito que as pessoas negras passam pela violência do racismo de forma cotidiana. Explorarei no capítulo o conceito de racismo da autora para complementar o uso de autores e autoras brasileiras.

Já com o autor Almeida (2019) trabalho o livro “Racismo estrutural”, que para ele esse tipo de racismo age de várias formas, mas tem apenas um objetivo maior e perverso, que é proteger a supremacia branca. Silvio Almeida ainda destaca que o racismo é construído e que o mesmo não age de maneira individualizada, e esclarece as maneiras de combatê-lo. Darei foco nos conceitos do autor para raça, racismo e discriminação. Silvio Luiz de Almeida doutor em Direito pelo Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da USP. Seus

estudos são voltados para os recortes sociais e políticos ligados às questões raciais e as minorias. Atualmente é ministro dos direitos humanos e da cidadania do Brasil.

Com a autora Nilma Lino Gomes (2005) trabalho especialmente com: “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”. Nesta publicação, a autora tem como objetivo definir conceitos centrais no debate racial. Uma publicação importante sobre o que é identidade, identidade negra, raça, racismo, racismo individual, racismo institucional, preconceito racial, discriminação racial e por última democracia racial. A autora perpassa por cada um desses conceitos os definindo e por isso enriquece nossa pesquisa. Nilma Lino Gomes é graduada em Pedagogia, doutora em Antropologia Social pela USP. Atualmente é professora titular da faculdade de educação da UFMG. Gomes foi fundadora e coordenadora do programa de Ações afirmativas na UFMG. A autora centra seus estudos nas áreas de diversidade cultural, educação, relações étnico-raciais, gênero e raça, formação de professores e contribuições do movimento negro.

Por último nesse capítulo trago as ideias do autor Abdias do Nascimento, nascido em 14 de março de 1914 em São Paulo, e falecido em 23 de maio de 2011. O autor formou-se em economia pela universidade do rio de Janeiro em 1938, fez pós-graduação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1957. Neto de africanos escravizados, o autor é amplamente conhecido, por fazer parte das lutas contra a discriminação racial no Brasil e ser uma das principais pessoas do Movimento Negro do nosso país. Em 1944 Nascimento fundou o teatro experimental negro (TEA), foi à primeira entidade que rompeu a barreira racial e lutar pelos direitos civis e humanos dos negros brasileiros. Em 1981 o autor fundou o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (IPEAFRO). Além dos vários trabalhos Abdias foi senador da república federativa do Brasil e deputado federal do Brasil, acumulou vários trabalhos e prêmios ao longo de sua vida. Sempre teve a vida voltada para os trabalhos em prol das pessoas negras e escancarar a discriminação racial. Em seu texto clássico: “Democracia racial: mito ou realidade?”, o autor traz reflexões acerca da natureza da estrutura social brasileira, que é uma estrutura racista e que esconde esse racismo. O autor fala principalmente sobre o pós-escravidão em 1888 até a década de 1970, época que escreveu o texto, e aborda os mecanismos de opressão, que mantém as pessoas brancas como um grupo quase isento de perigos diante da exploração e opressão das pessoas negras. O texto nos conta como se deu a “miscigenação” brasileira, devido aos abusos sexuais sofridos pela mulher negra e pela política de branqueamento. Nascimento (2009) denuncia que os apoiadores a “misturas de raças” queriam que prevalecesse a cultura da raça dominante e as características físicas dos brancos. O texto termina com a construção do país sob a força dos escravizados.

E para dar sustentação ao debate, sobre a situação atual da camada negra no Brasil irei utilizar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) junto à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua de 2019, 2020, 2021.

1.1. Desigualdade e racismo no Brasil: o mito da democracia racial

Vivemos em um país onde a desigualdade racial é tão grande que em (2021) o IBGE informou que a população que se declara entre pretos e pardos se somadas chega a 56,1% e mesmo assim não é uma população com poder. O Brasil tem tanta gente negra que é o país não africano com a maior quantidade de pessoas negras do mundo. E se compararmos o Brasil com os países africanos vamos perceber que ele perde em população negra apenas para a Nigéria. Mesmo sendo maioria no Brasil, os negros vivem ocupando a base da pirâmide social. Sobrevivendo em condições precárias que faz com que não consigam o mínimo para sua dignidade, com difícil acesso a escolarização, moradia, trabalho ou mesmo saúde (CAVALLEIRO, 2010).

Ao analisarmos os dados do IBGE (2022) podemos tornar mais evidente à estrutura da desigualdade social em nosso Brasil. O mercado de trabalho é onde a desigualdade racial se torna mais evidente, os cargos de gerência em 2021 69,0% dos ocupantes dos cargos eram pessoas brancas enquanto às pessoas negras ocupam 29,5% desses cargos.

Podemos ir mais longe um pouquinho quando se trata de mortos, no Brasil 21,9% são pessoas pretas enquanto as pessoas brancas chegam a 11,5%, isso em 2020. Destacamos ainda que os homens entre 15 e 29 anos negros são os mais afetados com 94,4 % das mortes, enquanto os homens brancos somam a 41,6 % dos mortos.

Até hoje, nós pessoas negras, somos vítimas prediletas de uma sociedade onde o básico é retirado da sobrevivência da população negra, e sabe por que são tantos rapazes negros mortos? É pelo simples fato de ser negro, que os colocam em condição maior de vulnerabilidade. Há quem diz que são balas perdidas, mas eu acredito que essas balas têm localização, nome e sobrenome de suas vítimas. Temos jovens negros que ingressam no mundo do crime por falta de escolarização adequada, de sustento para família, de condições para tomar outro caminho de vida, enquanto os homens brancos mesmo sendo de baixa renda têm mais possibilidades de se conseguir um emprego pelo simples fato da cor de pele influenciar no mercado de trabalho (CAVALLEIRO, 2010). Tem mais, nós pessoas negras somos marginalizadas desde bem pequenos, crescemos seja na escola, na rua, em uma padaria

com o racismo. Quem nunca passou por alguma situação constrangedora pelo simples fato de ser negro?

Quem nunca esteve em uma fila de um hospital público e a pessoa branca foi passada na sua frente por aparentemente está sentindo mais dor que você? Ou quem nunca na escola se sentiu excluído pelas crianças brancas e principalmente pela professora que costuma tratar a criança negra como “a mais custosa”, ou “sem modos” ou com menos tolerância em relação à criança branca, loira de olhos claros, mais bem vista e chamada de “linda” e ganhando afeto o tempo todo? São questões apresentadas no estudo da Cavalleiro (2010). Eu, autora deste TCC, já senti isso. Inclusive me recordo quando eu ia correndo abraçar uma professora da infância e ela sequer fazia um esforço para me abraçar de volta, mas quando a criança linda e branca da sala chegava, ela até se abaixava de braços abertos para abraçá-la. O que a Cavalleiro (2010) notou ao observar escolas em São Paulo, acontecia comigo também.

Mas não é somente eu, mulher negra, que vivi e vivo com as situações cotidianas da desigualdade racial. Ela se dá a todo o momento, mas não tão é falada, tão assumida. Essa desigualdade é escondida pelo mito da democracia racial.

O mito da democracia racial é inserido em nossa educação, em nossa cultura brasileira. Fazem com que as pessoas negras e brancas acreditem que não existe o racismo no Brasil. A democracia racial seria tão bonita se ela realmente existisse no Brasil. Ou que a nossa sociedade vivesse no mesmo patamar em relação à condição social, talvez assim eu pudesse tentar acreditar na igualdade entre negros e brancos. Contudo, quando nós pessoas negras nos deparamos com a educação, saúde, trabalho destinado para a gente, comprovamos de perto que essa democracia não existe (GOMES, 2005).

Com todo o histórico de violência e sofrimento vivido pelos escravizados no Brasil, percebemos que a democracia racial foi construída sobre um discurso que trata sobre uma harmonia racial entre povos negros e brancos. Este discurso faz com que as pessoas não percebam e desviem em seus olhares do que aconteceu no nosso país. Para a autora Gomes (2005, p. 57):

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial.

Para a autora Cavalleiro (2010) a ideia de que nunca houve a existência do racismo (democracia racial) no Brasil se torna um elemento complicador para as pessoas negras,

algumas podem não perceber o racismo, apesar de sofrer com ele. Embora essa ideologia da “democracia racial” tenha partido da colonização e tenha servido para colocar a sociedade brasileira como o “orgulho” de ser vista no mundo, como uma sociedade pacífica, a realidade é que pouco se faz para que o negro seja visto como uma pessoa digna de valores em nossa sociedade.

O mito da democracia racial serve para esconder as diversas práticas racistas existentes no Brasil e isenta as pessoas brancas de pagarem e refletirem sobre seus atos racistas. Abdias do Nascimento (2009) afirma que o conceito de “democracia racial” é falso e pretensioso. O pesquisador mostra que o que chamam de “democracia racial” é na realidade uma sociedade em que o poder é o do branco, que controla todos os espaços: a educação, saúde, política, e as definições de valores em nossa sociedade.

Como podemos supor que vivemos em um país com democracia racial se os vestígios dos nossos ancestrais que foram escravizados, ainda estão presentes e se mostra a todo o momento na estrutura da nossa sociedade? Como acreditar nessa igualdade se as pessoas negras ocupam a base da pirâmide social até os dias atuais? Como acreditar se é a população negra a que mais continua sendo a mais exposta a passar fome, a não ter uma boa educação e ainda morrer nas filas dos hospitais ou pela violência policial?

Se no Brasil existisse a democracia racial, então nós deveríamos assumir que o fato das pessoas negras se encontrarem em estado precário e ainda viver na base da pirâmide social é culpa e falta de esforços próprios para sair das condições em que vivem. O mito da democracia racial foi inventado para aliviar a culpa da supremacia branca, que nega os problemas causados pelo racismo (CAVALEIRO 2010).

Se acreditarmos que existe democracia racial em nosso país, teremos que concordar que todas as pessoas sejam elas de qualquer etnia ou raça vivem no mesmo patamar em relação às condições sociais e econômicas (GOMES, 2005). Teríamos que acreditar que todas as pessoas têm as ferramentas possíveis para ter uma boa educação, saúde, moradia ou até mesmo um bom emprego e sabemos que não é assim que funciona. O mito de democracia racial acaba quando o indivíduo negro chega a uma entrevista de trabalho e ele até pode ter todas as qualificações possíveis para aquela vaga, mas, irá perder a oportunidade para pessoa branca que às vezes nem é tão qualificada assim. A democracia racial acaba quando uma pessoa negra e uma branca estão inseridas no mesmo cargo, mas a pessoa negra recebe um valor bem inferior a branca. A democracia racial acaba quando nos dados demográficos do nosso país demonstra que a camada que vive em profunda desigualdade e mais afetadas por

falta de escolaridade, saúde, trabalho, e convivem diariamente com a violência são as pessoas negras.

É impressionante como até hoje no nosso Brasil se perpetua a cultura européia, cultura que invadiu, roubou, escravizou pessoas, assassinou, tomou terras e desonrou indígenas. Sinto-me indignada por ser fruto de sofrimento dos meus antepassados, por viver em um país onde dizem que o racismo não existe e nunca existiu. Me sinto desrespeitada por não ter acesso e conhecimento suficiente da minha cultura, de meus antepassados negros, e isso deveria ser direito de toda/os as pessoas negras que habitam nesse país.

Por vivemos o mito da democracia racial, somos vítimas constantes do racismo, mas para entendemos a estrutura do racismo devemos primeiro entender o que é raça. A autora Nilma Lino Gomes (2005, p. 49), define que:

[...] as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar. Se as coisas ficassem só nesse plano, não teríamos tantos complicadores. O problema é que, nesse mesmo contexto não deixamos de cair na tentação de hierarquizar as classificações sociais, raciais, de gênero, entre outras. Ou seja, também vamos aprendendo a tratar as diferenças de forma desigual. E isso, sim, é muito complicado!

Entender raça não é algo tão simples:

Os militantes e intelectuais que adotam o termo raça não o adotam no sentido biológico, pelo contrário, todos sabem e concordam com os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo raça atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões históricas e culturais que este nos remete. Por isso, muitas vezes, alguns intelectuais, ao se referirem ao segmento negro utilizam o termo étnico-racial, demonstrando que estão considerando uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros no Brasil (GOMES, 2005, p. 47).

No nosso trabalho, entendemos raça no sentido mais social e cultural também. Agora que nos inteiramos sobre o conceito de raça podemos falar do racismo e suas diferentes estruturas e formas de atuação.

1.2. Racismo e suas diferentes formas

O racismo é a forma de marginalizar, diminuir e explorar diferentes grupos de cor, raça ou etnia por sua cor de pele, traços físicos, língua ou etnia. Gomes (2005, p. 52), define o racismo como:

[...] um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.

Já para o autor Almeida (2019, p. 22):

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Para a autora Grada Kilomba (2020) de forma geral, no racismo estão presentes três características: a primeira é a construção da diferença. A pessoa é vista como “diferente” devido sua origem racial. Isso nos leva a questionar: quem é “diferente”, a pessoa negra? Ou o *branco* que é “diferente” do *negro*? Essa diferenciação coloca o negro como diferente de um padrão que é o branco. Em nossa sociedade o branco é o padrão, é a referência, tornando todas as outras raças “diferentes”. O branco é que tem poder de se colocar como padrão (KILOMBA, 2020).

A segunda característica é que a diferença é hierarquizada. O indivíduo negro, indígena, entre outros não-brancos, são vistos como “diferente”, sendo essa diferença vista com desvalorização e inferioridade. Esses valores colocam a pessoa negra como inferior na sociedade, assim toda a população negra é vista como: problemática, difícil, preguiçosa, exótica, ou o incomum, e essa inferiorização, visão negativa das pessoas negras, chamamos de *preconceito* (KILOMBA, 2020).

Para terminar, segundo Kilomba (2020) esses dois processos são seguidos pelo terceiro, que é o poder: histórico, político, social e econômico. A combinação do poder e o preconceito que forma o racismo. Nesse sentido, o racismo se torna o domínio branco, outros grupos raciais não podem ser racistas por não possuir esse poder, esses outros grupos então reproduzem o racismo, mas eles não têm vantagens com o racismo.

O racismo se revela no cotidiano: no trabalho, na educação, habitação, saúde, mídia, política, por isso Kilomba (2020) questiona: quem pode ver seus interesses políticos representados? Quem pode ver sua realidade retratada nas mídias? Quem vive onde ou como o quê? Quem é o marginalizado quem são as vítimas? Quem tem acesso aos processos educacionais? Quem se sente acolhido em qualquer espaço?

O racismo ao longo do tempo foi ramificando. Isso significa que surgiram autores e autoras importantes sobre os estudos raciais no qual definiram os vários tipos de racismo vividos pela população (preta, indígena, parda) ao longo do tempo. Neste capítulo, vamos trabalhar alguns tipos.

A primeira forma de racismo tratada aqui é o racismo individual (comportamental) que:

Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos. É o que vemos quando nos reportamos ao extinto regime do Apartheid na África do Sul ou os conflitos raciais nos Estados Unidos, sobretudo na década de 60, 70 e 80. No Brasil, esse tipo de racismo também existe, mas geralmente é camuflado pela mídia (GOMES, 2005, p. 52).

O autor Silvio de Almeida, aqui trata o racismo individual como racismo “individualista”:

O racismo, segundo esta concepção, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política. (ALMEIDA, 2019, p. 25)

Se pararmos para refletir sobre essa ideia de racismo individual, em nossa sociedade não haveria o racismo na sociedade ou nas instituições, mas pessoas racistas que agem por si só. Aqui o racismo seria um comportamento violento de uma pessoa. E é essa concepção que fica mais conhecida no nosso país, no Brasil prega que não há racismo, mas sim grupos isolados ou “pessoas ruins” que em pleno século XXI cultuam o racismo (ALMEIDA, 2020). Cito um exemplo, sempre que nos deparamos com pessoas racistas com falas racistas, ao serem questionadas por suas falas irão se defender dizendo que possuem amigos negros ou

que admira fulano por ser negro. Essas pessoas não entendem o racismo de forma profunda, mas somente como ódio aos negros, ódio que algumas pessoas têm.

Outra forma de racismo é o racismo institucional:

A forma institucional do racismo [...] implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada (GOMES, 2005, p. 53).

Para Grada Kilomba, (2020) o racismo institucional expõe que o racismo não é apenas um ódio aos negros que alguém tem sozinho, mas sim institucionalizado, pois vemos no nosso dia a dia o tratamento diferenciado dado no sistema de educação, no mercado de trabalho, na justiça criminal, trazendo o racismo de tal forma em que os sujeitos brancos ocupem claras vantagens em relação às pessoas negras.

Para o teórico Almeida (2019, p.27):

O que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação. É, sem dúvida, um salto qualitativo quando se compara com a limitada análise de ordem comportamental presente na concepção individualista.

Aqui o racismo institucional ocorre quando os grupos que têm o poder (os brancos) exercem domínio sobre a economia e organização política na nossa sociedade. O autor Silvio de Almeida (2019) destaca que quem é o grupo dominante (branco) que consegue ter poder sobre o grupo dominado (negros) e como os brancos conseguem institucionalizar seus interesses, impondo regras e padrões de condutas que se tornam norma aos olhos da sociedade:

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando,

assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (ALMEIDA, 2019, p. 27).

Um exemplo do racismo institucional eu tenho em minha própria experiência de vida, como mulher negra. Trabalho há mais de um ano em uma escola particular como estagiária, e neste tempo sou a estagiária mais velha do lugar e sempre ouço elogios como “Ah eu gosto da Cássia, porque ela é muito boa de trabalho e com ela não tem preguiça”. Até este ponto tudo bem, mas passei a perceber que eu e outra moça negra, que também trabalha ali, sempre somos chamadas para os trabalhos físicos, manuais e que envolvem força. Sobre as estagiárias brancas sempre há comentários como: “Ah fulana é mole e não dá conta”.

Outro fato que me chama atenção é que não escuto falar se vão ou não me colocar em sala de aula como professora, em algum momento. Este é meu último ano como estagiária naquela instituição e último ano de faculdade. As colegas brancas que estão ali há menos de 6 meses e que não vão terminar a faculdade de imediato estão sendo cotadas para os cargos de professoras e são muito elogiadas, o tempo todo.

Cheguei a pensar que isso seria um racismo institucional, mas ao mesmo tempo pensei que poderia coisa da minha cabeça, como muitas pessoas negras pensam ao lidar com o racismo. O fato é que escuto falas racistas de pessoas de alto nível onde trabalho e logo em seguida, ao final dessas falas, me soltam: “ah Cassia, você não é cheia de mimimi não né? Porque hoje em dia tudo o que falamos ou é bullying ou é racismo, olha não vai me processar não, hein! Vai que você está gravando aí?” E ao final me falam ainda: “Ah é brincadeira, viu? Ainda bem que você é de boa” e solta uma risada. Outras pessoas já notaram e comentaram sobre o tratamento de diferencial que é dado à nós, estagiárias negras e a profissional da limpeza, tanto nas falas como nas ações da gestão da escola. Isso tem impacto sobre mim, sobre eu me sentir tratada como “burra”, sinto que sou subestimada, e hoje estudando consigo entender o porquê de ser tratada assim, isso seria o racismo institucional.

Destaco aqui a importância do movimento negro, pois é através dele que se pode gerar ações que afetam essas instituições a fim de provocar mudanças em suas regras e aumentar a representatividade das minorias raciais e alterar as estruturas discriminatórias. Um exemplo é a indústria do cinema. Sabemos que os filmes infantis que até pouco tempo se predominava personagem brancos, loiros de olhos azuis ou verdes. E como criança negra, na minha época, eu não conseguia me ver e nem me sentir representada naqueles personagens. Outro exemplo são as faculdades que até pouco tempo nos cursos como medicina, direito e outros só se frequentavam pessoas brancas. Com a luta do movimento negro se conseguiu obrigar as instituições de ensino a terem cotas destinadas a pessoas negras. Ainda é pouco o acesso dos

negros nestes cursos por diversos fatores econômicos e sociais, mas só de saber que podemos estar ali já é uma grande vitória contra o racismo institucional, que apaga o negro de todos os espaços de representação.

Almeida (2019, p. 32) reflete sobre as formas de se combater o racismo nas instituições:

[...] se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas. É dever de uma instituição que realmente se preocupe com a questão racial investir na adoção de políticas internas que visem: a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo – por exemplo, na publicidade; b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição; c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais; d) promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero.

Por isso penso que as cotas e a representatividade são tão importantes para que as instituições mudem e se tornem um lugar possível para pessoas negras.

Outra forma de racismo é o racismo estrutural, leva esse nome, pois:

[...] é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019, p. 33).

Kilomba (2020) afirma que o racismo estrutural é aquele em que temos a desigualdade em uma base estrutural, pessoas negras estão excluídas das estruturas sociais e políticas. E por estar na estrutura ele aparece nas instituições e no comportamento (individual) das pessoas.

Os sujeitos brancos de maior poder operam de maneira a privilegiar os outros sujeitos brancos, colocando o sujeito negro em desvantagem visível, fora das estruturas dominantes:

A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. O que queremos enfatizar do

ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial (ALMEIDA, 2019, p. 33).

É importante entender que a estrutura racista não age sozinha ou que a mesma não acontece em um grupo isolado. Silvio de Almeida (2019) afirma que as instituições são racistas porque a estrutura social em que nosso Brasil foi construído é racista. Essa afirmação do autor Almeida (2019) gera provocações, percebemos que as instituições em seus padrões funcionam para defender interesses de determinados grupos (brancos). O racismo é renovado todos os dias.

Outro fator que o autor trabalha é que o racismo não se limita a representatividade de uma pessoa negra em uma empresa ou qualquer outra instituição, pois muitas vezes aquela pessoa negra está ali para servir de pano de fundo, não para poder realmente participar da instituição.

Outro conceito de racismo que se torna interessante é o racismo cotidiano trazido pela autora Grada Kilomba (2020). O racismo cotidiano acontece nas palavras, discursos, imagens, gestos, piadas, xingamentos, ações e olhares em que a pessoa negra aparece como um “depósito de medos e fantasias” das pessoas brancas. Isso porque a pessoa negra é usada como um lugar para jogar tudo que a sociedade branca rejeita, tem medo, ou fascina. Por isso no racismo cotidiano, a pessoa negra pode ser percebida como “intimidante” em um minuto e “desejável” no minuto seguinte “atraente”, e depois “hostil” (KILOMBA, 2010). “Agressão” e “sexualidade” têm sido associadas a pessoas negras desde a colonização, o branco se coloca como sujeito “civilizado” e “cidadão de bem” e olha para outras raças e etnias como se fossem “incivilizadas/os” (agressivos) e “Selvagens” (sexualidade) (KILOMBA, 2020).

Grada Kilomba (2020) detalha como a pessoa negra é vista na sociedade, por meio da:

Infantilização: O sujeito negro torna-se a personificação do dependente- o menino, a menina, a crianças ou a/ o serve/o assexuada/o- que não pode sobreviver sem o senhor. *Primitivização*: O sujeito negro torna-se a personificação do incivilizado -a/o selvagem, a/o atrasada/o, a/o básica/o ou a/o natural-, aquele que está mais próximo da natureza. *Incivilização*: O sujeito negro torna-se a personificação do outro violento e ameaçador- a/o criminoso/a/o, a/o suspeita/o, a/o perigosa/o-, aquele que está fora da lei. *Animalização*: O sujeito negro torna-se a personificação do animal- a/o selvagem, a/o primata, a/o macaca/o, a figura do “King Kong” -, outra forma de humanidade. *Erotização*: O sujeito negro torna-se a personificação do

sexualizado, com apetite sexual violento: a prostituta, o cafetão, o estuprador, a/o erótica/o e a/o exótica/o (KILOMBA, 2020, p. 70 e 80).

Grada Kilomba (2020) aponta que o racismo nos coloca como um “outro”. O racismo nos coloca como outro quando estamos na fila do supermercado e a pessoa branca que está atrás de mim é atendida primeiro. Sou vista como outra quando entro em uma loja e o atendente anda a loja toda atrás de mim, enquanto a pessoa branca transita livremente dentro da mesma loja. Sou vista como outra quando estou na fila de espera por um atendimento médico e a pessoa branca é passada na frente por estar “sentindo mais dor”, e isso faz com que todas as vezes que sou vista como alguém de menor valor, como outra, eu experimente o racismo.

1.3. Racismo e machismo: a condição da mulher negra

Como mulher negra não poderia deixar de trabalhar neste capítulo a questão das desigualdades de gênero na questão racial, entre mulheres negras e brancas. Para esta etapa dos meus estudos uso a autora Grada Kilomba (2020) que realizou um estudo sobre o racismo com mulheres negras. Este estudo foi focado “mulher negra”, que não são consideradas sujeitos completos, pois não tem poder, reconhecimento, acesso aos direitos e representatividade. Como metodologia, o estudo de Kilomba, busca entender analisar as experiências de mulheres negras com o racismo na sociedade branca, patriarcal e alemã.

O homem negro sofre por ser negro quando chega ao mercado de trabalho, mas a mulher negra sofre com duas opressões para conseguir viver em uma sociedade machista. O homem negro só pelo fato de ser “homem” em nossa sociedade já tenha mais condições, em alguns momentos, em relação às mulheres negras. E a mulher negra se comparado com a mulher branca sofre um índice muito maior de discriminação, humilhação e violência machista na sociedade.

Só para termos noção do quanto à mulher negra paga um alto preço do racismo e do machismo, em nossa sociedade, segundo os dados das estatísticas (2019 a 2021) de gênero do IBGE (2022) as mulheres pretas que são afetadas pela violência física, psicológica ou sexual chegam a 21,3% enquanto a mulher branca chega a 18,0%.

Quando falamos de cargos de gerenciais, os homens ocupam 62,6% enquanto as mulheres ocupam 37,4%. Agora se olharmos para mulheres negras que em 2019 ocuparam vagas em cursos superiores é de 22,3%, enquanto as mulheres brancas que ocupam uma vaga em um curso superior e de 30,5%.

Sabemos o porquê dos índices tão altos, de mulheres negras sem acesso a uma graduação de qualidade, sem estar em um cargo de gerência ou pior a mulher negra estar dentro das altas taxas de violência e as que mais enfrentam a jornada de trabalho duro. O problema está racismo combinado com o machismo.

O passado da mulher negra também foi muito árduo, ela foi vítima do abuso sexual pelos seus senhores, desde a era dos escravizados a mulher negra servia para cuidar da mulher branca e sua casa, além de alimentar seus filhos e ser violentada por seus senhores (NASCIMENTO, 2009).

A mulher negra não tinha direito garantido a constituir família, já que essas tinham a finalidade de alimentar a imaginação e desejos de seus senhores que além de abusar sexualmente ainda conseguiam lucros ao venderem a dignidade dessas mulheres. Nas palavras de Nascimento (2009, p. 5): “O Brasil herdou a estrutura de família patriarcal de Portugal; e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, e não só durante a escravidão [...]”.

Todo esse percurso histórico de estupro, violência, e atrocidades vivenciada pelas mulheres negras escravizadas causa reflexo até os dias atuais. As maiores taxas de meninas menores de idade mães e evadidas do âmbito escola envolve a mulher negra segundo os dados do PNAD de 2023, e as maiores taxas de mulheres mortas por feminicídio envolve a mulher negra, são 62% das mulheres assassinadas segundo o relatório da Anistia Internacional de 2023. Isso tudo em um país “orgulhoso” de sua “democracia racial”. Até hoje a mulher negra é vista como objeto de desejo dos machões. O problema das mulheres negras:

[...] têm sido, portanto, incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre o racismo no qual o *sujeito* é o homem *negro*; um discurso genderizado no qual o *sujeito* é a mulher *branca*; e um discurso de classe no qual “raça” não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria (KILOMBA, 2020, p. 97).

As mulheres negras tiveram que criar o feminismo negro, porque dentro da sociedade racista e machista ou elas tinham que lidar com a falsa união entre as mulheres do movimento feminista branco, que tinha o racismo, ou lidar com o machismo no movimento negro, onde não tinha espaço de protagonismo para as mulheres negras. Kilomba (2020, p. 100) acrescenta que:

[...] como processos, o racismo e o sexismo são semelhantes, pois ambos constroem ideologicamente o senso comum através da referência às diferenças “naturais” e “biológicas”. No entanto, não podemos entender de modo mecânico o gênero e a opressão racial

como paralelos porque ambos afetam e posicionam grupos de pessoas de forma diferente e, no caso das mulheres *negras*, eles se entrelaçam. Na tentativa de comparar o sexismo e o racismo, as feministas *brancas* esquecem de conceituar dois pontos cruciais. Primeiro, que elas são brancas e, portanto, têm privilégios brancos. Esse fator torna impossível a comparação de suas experiências às experiências de pessoas negras. E, segundo, que as mulheres *negras* também são mulheres e, portanto, também experienciam o sexismo. Uma falha irônica, porém trágica, que teve como resultado a invisibilização e o silenciamento de mulheres negras dentro do projeto feminista global.

Mulheres negras e mulheres brancas não vivem a mesma realidade do machismo. Assim como mulheres negras e homens negros não vivem a mesma realidade do racismo. Dentro do Brasil o racismo tem sido muito cruel para as mulheres negras.

Desde pequenas somos empurradas para os afazeres domésticos para cuidar dos filhos dos outros. Apesar de ser filha de uma mulher branca e um homem negro, cresci e convivi com o machismo dentro de casa. Nunca podia fazer nada por ser a irmã mais velha e ser responsável por cuidar de meus irmãos mais novos. Cresci com a responsabilidade de cuidar bem de uma casa, pois meu pai acreditava que era obrigação única e exclusiva da mulher de cuidar do lar e dos filhos, inclusive da educação. Como minha mãe trabalhava fora esse papel era repassado para mim.

E outra cresci sendo babá dos filhos dos outros, me lembro que trabalhei em uma casa de família dos meus 17 aos 20 anos, fui contratada para cuidar unicamente de uma criança. Mas quando essa criança não estava na casa por algum motivo, meu trabalho era direcionado para os afazeres domésticos para que meu dia não fosse descontado. Era minha obrigação ou foi combinado em minha contratação que eu realizaria os afazeres domésticos quando a criança não estava em casa? A resposta é não! Mas eu iria correr o risco de perder minha única fonte de renda e sustento ao questionar sobre minhas funções? É claro que não.

Sabe o porquê de aceitar tudo isso? Porque primeiro eu pensava no dia de amanhã, no meu aluguel, na irmã que eu tinha que sustentar. É isso que atualmente as mulheres negras passam no Brasil, altas jornadas de trabalho no qual nem carteira assinada muitas dessas mulheres têm. Ou podemos pensar naquelas mulheres negras que nem no mercado de trabalho chega por sua aparência, cabelo, vestimenta, idade ou por falta de escolarização básica. Ou o pior de tudo a mulher negra se ver refém de violência doméstica por não ter para onde ir.

Nós mulheres negras ainda somos vistas como burras como seres desprovidos de inteligência. Por isso é tão importante o protagonismo de mulheres negras pesquisadoras, que as histórias de pessoas negras sejam contadas por outras pessoas negras também (KILOMBA, 2020).

Percebemos que as mulheres são muito atingidas pelo racismo de um jeito diferente, elas lidam com o racismo e o machismo ao mesmo tempo, por isso, combater o racismo e melhorar a vida das mulheres negras só é possível se combatermos também a desigualdade de gênero.

1.4. Preconceito e discriminação racial

Sabemos que o racismo se manifesta em nossa sociedade em forma de preconceito e discriminação, com este debate encerramos o capítulo.

Gomes (2005) define o preconceito racial como um julgamento prévio ou negativo de um grupo por suas características étnicas e raciais. Geralmente esse pré-julgamento já tem argumentos formados e desconsidera qualquer opinião contrária ou fatos, mesmos que esses sejam comprovados, uma pessoa preconceituosa geralmente já possui um pensamento sobre si e sobre outras pessoas isso inclui raça, orientação sexual, religião e política (GOMES, 2005).

Para o autor Silvio de Almeida:

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avaros ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. (2019, p. 22).

A autora Gomes (2005) afirma que em nossa sociedade nenhuma pessoa preconceituosa irá se assumir como tal. Mas quando essas pessoas preconceituosas são indagadas se são a favor de uma mulher branca e um homem negro se casarem já acham que existe algo por trás. Por meio de famosas piadinhas, conseguimos perceber que tentam colocar uma pessoa negra no lugar de inferior, um exemplo são meus pais: sou filha de uma mulher branca com um homem negro e cresci com piadinhas na minha família sobre o cabelo da minha mãe ser liso e o meu não, ou sobre a minha fisionomia ser parecida com a do meu pai e sempre que me referiam como parecida com ele eram piadas que me fazia sentir inferior, já que a minha família materna é totalmente branca e eu cresci no meio deles. E essa herança racista não está só no seio da minha família, já ouvi relatos de outras pessoas negras serem filhas de pais e mães negros ou brancos, no qual se sentiram inferiores. Ou seja, as pessoas podem dizer que não são preconceituosas, podem não assumir, mas nos comentários e nas piadas racistas nós vemos esse preconceito aparecer.

O preconceito é algo aprendido na sociedade racista:

O preconceito como atitude não é inato. Ele é aprendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo. Todos nós cumprimos uma longa trajetória de socialização que se inicia na família, vizinhança, escola, igreja, círculo de amizades e se prolonga até a inserção em instituições enquanto profissionais ou atuando em comunidades e movimentos sociais e políticos. Sendo assim, podemos considerar que os primeiros julgamentos raciais apresentados pelas crianças são frutos do seu contato com o mundo adulto. As atitudes raciais de caráter negativo podem, ainda, ganhar mais força na medida em que a criança vai convivendo em um mundo que a coloca constantemente diante do trato negativo dos negros, dos índios, das mulheres, dos homossexuais, dos idosos e das pessoas de baixa renda (GOMES, 2005, p. 54).

Com essa reflexão da Gomes (2005) percebemos que mesmo sem assumir o preconceito, as pessoas preconceituosas ensinam, passam esse preconceito para seus filhos e filhas. Ninguém nasce com preconceito, mas aprende a ser preconceituoso desde cedo, no meio em que vive.

Já a discriminação racial é conceituada da seguinte maneira para Gomes (2005, p. 55):

[...] discriminar significa “distinguir”, “diferençar”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam.

Portanto o ato de discriminar acontece de várias maneiras, seja ela nas mídias, no trabalho, saúde, escola ou até mesmo na rua. Almeida (2019, p. 23) reflete que:

A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça.

Nilma Lino Gomes (2005), afirma que existem alguns tipos de discriminação racial, a discriminação direta e indireta:

[...] A discriminação racial direta seria aquela derivada de atos concretos de discriminação, em que a pessoa discriminada é excluída expressamente em razão de sua cor. A discriminação indireta é “aquela que redonda em uma desigualdade não oriunda de atos concretos ou de manifestação expressa de discriminação por parte de quem quer que seja, mas de práticas administrativas, empresariais ou de políticas públicas aparentemente neutras, porém dotadas de grande potencial discriminatório” (GOMES, 2005, p. 56).

A discriminação indireta é a mais perversa, pois ela se camufla na política nas instituições de ensino, na saúde, na família, em espaços públicos e no trabalho. A melhor

forma de se combater a discriminação racial é debatendo em espaços públicos mostrando e revelando seus autores e sua estrutura, revelando aqueles que passaram por isso, as situações que a discriminação cria para se camuflar e agir (GOMES, 2005).

Silvio de Almeida (2019) conceitua discriminação em três tipos discriminação direta, indireta o autor também traz a discriminação positiva. Sobre a direta e indireta, ele afirma:

A discriminação direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial, exemplo do que ocorre em países que proíbem a entrada de negros, judeus, muçulmanos, pessoas de origem árabe ou persa, ou ainda lojas que se recusem a atender clientes de determinada raça (ALMEIDA, 2019, p. 23).

Já a discriminação indireta é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada – discriminação de fato –, ou sobre a qual são impostas regras de “neutralidade racial” – colorblindness – sem que se leve em conta a existência de diferenças sociais significativas – discriminação pelo direito ou discriminação por impacto adverso. A discriminação indireta é [...] marcada pela ausência de intencionalidade explícita de discriminar pessoas. Isso pode acontecer porque a norma ou prática não leva em consideração ou não pode prever de forma concreta as consequências da norma (ALMEIDA, 2019, p. 23).

Nas formas acima o racismo se expressa como discriminação racial. Segundo Almeida (2019), o racismo é discriminação sistêmica. O racismo não se trata apenas de um ato, mas sim de um processo em que o negro é colocado como subalterno enquanto a pessoa branca se coloca como privilegiada de poderes. A discriminação é visível quando se mostra nos bairros das grandes cidades onde os negros em grande maioria se encontram nos subúrbios, periferias e favelas sem direito a uma boa moradia, educação, tratamento de esgoto, enquanto a grande supremacia branca vive em sua maioria em bairros com uma rede de tratamento de esgoto decente, uma coleta seletiva e acesso aos melhores médicos e escolas.

A respeito da terceira concepção, a discriminação positiva, Silvio de Almeida explica que é:

[...] definida como a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa – a que causa prejuízos e desvantagens. Políticas de ação afirmativa – que estabelecem tratamento discriminatório a fim de corrigir ou compensar a desigualdade – são exemplos de discriminação positiva. (ALMEIDA, 2019, p. 23).

Um exemplo que temos de discriminação positiva são as cotas, nos concursos públicos e nos processos seletivos para ingressar na Universidade. Elas garantem que pessoas negras

sejam tratadas de forma diferente, sejam avaliadas de outra maneira, para terem condições mais justas de entrar no mercado de trabalho e na educação.

CAPÍTULO 2: MANIFESTAÇÕES DO RACISMO NA ESCOLA

Este capítulo tem o intuito de atingir o segundo objetivo da minha pesquisa, que é discutir o racismo no ambiente escolar. Meu interesse é refletir sobre como o racismo se manifesta na escola e suas possíveis formas de combate. Os dados levantados neste capítulo são frutos de pesquisas realizadas por outros autores e autoras: Carvalho e França (2019), Gomes (2003), Moreira-Primo e França (2020), Kilomba (2020), Moreira (2019), Oliveira (2022), Nogueira (2020), Filizola (2019), Pereira (2022).

Ao longo do capítulo mostro que no espaço escolar o racismo aparece das seguintes maneiras: a) rejeição ao cabelo das pessoas pretas, b) de forma recreativa, por meio de piadas, brincadeiras e apelidos, c) por meio de racismo (intolerância) religioso. Finalizo com as possíveis formas de combate, defendendo o trabalho com a lei 10639 de 2003.

As pesquisadoras Daniela Carvalho e Dalila França (2019) afirmam que é perceptível que no Brasil, há uma grande exclusão dentro dos espaços escolares, e essa exclusão acontece de maneira mais visível dentro das escolas públicas e de periferias. A situação se torna mais preocupante ainda quando percebemos que as crianças pretas e pardas são as mais atingidas. Percebemos o óbvio: que essas crianças são provenientes das camadas mais pobres e vulneráveis. Entendemos que a exclusão tem vários fatores que envolvem essas crianças, o fator principal para que essas crianças não se sintam incluídas no espaço escolar é o preconceito racial e a discriminação social. O preconceito racial se torna um fator destrutivo da imagem e da autoestima dessas crianças. O agravante é quando esse preconceito ultrapassa a barreira dos xingamentos verbais, dos insultos, das humilhações, das exposições na frente de colegas até chegar às agressões físicas (FRANÇA e CARVALHO, 2019).

O preconceito racial ou racismo se torna doloroso quando nós alunos e alunas pretas que deveríamos nos sentir seguros dentro das escolas passamos a odiar estar ali. Enquanto escrevo essa monografia me traz a memória o quanto eu, como menina negra sonhava com o dia em que eu iria à escola, mas me lembro de maneira mais viva quando eu passei a sentir raiva e medo de ir para essa mesma escola sonhada. Foi ainda na educação pré-escolar que eu comecei a sentir a discriminação racial. Coleguinhas puxavam meus cabelos e me chamavam de “cabelo de vassoura, pixaim, bombril”. Minha mãe tinha o cabelo bem liso então ela não sabia como lidar com o cabelo de duas crianças crespas, no caso eu e minha irmã. Lembro-me de reclamar para a professora, mas ela dizia que eles só estavam brincando.

É neste ponto em que quero chegar, a minha experiência não é só minha, ela se repete nos estudos que li para construir este trabalho de pesquisa. Percebemos que apesar das leis e

dos trabalhos feitos pelas políticas públicas, nos últimos anos, ainda há um grande desafio: fazer com que as crianças pretas e pardas tenham acesso e permaneçam, com qualidade e respeito, dentro do espaço escolar. As desigualdades sociais e os fatores históricos da população negra, indígena ou parda ainda permanecem no dia a dia e principalmente dentro das escolas (FRANÇA e CARVALHO, 2019).

Uma das autoras dos estudos raciais, pedagoga que estudou o racismo dentro da escola é a Nilma Lino Gomes (2003). A autora desenvolveu uma pesquisa como continuidade de sua tese de doutorado, na USP, com pessoas adultas negras (com idades entre 21 e 60 anos) sobre suas memórias escolares. As entrevistas aconteceram dentro de salões étnicos da cidade de Belo horizonte. A pesquisadora percebeu, depois de ouvir as narrativas de vida dessas pessoas negras, que uma das principais formas do racismo aparecer dentro do espaço escolar é por meio da rejeição ao cabelo das pessoas pretas.

Foi constatado que para essas pessoas suas experiências quando se trata do cabelo, corpo e cor vão além do ambiente familiar, e a escola se torna chave no processo de construção de identidade negra. A autora ressalta que quando falamos sobre a formação de professores e diversidade étnica- cultural se torna preocupante, pois a imagem e a construção da identidade negra não se tornam palco para discussões e debates no espaço escolar e a própria universidade aborda pouco o assunto.

Agora vejamos algumas narrativas dos entrevistados e entrevistadas pela autora quando perguntados como eram tratados a respeito de seus cabelos dentro do espaço escolar:

N.: Teve uma época, isso foi na quarta série, eu estudei... quando eu fiz 12 anos, eu estudei no Bernardo Monteiro. Eu era a única negra lá da sala. No Bernardo Monteiro, na parte da manhã, na época, era classe média alta. Mas, na realidade, eu não me lembro se eu era a única negra da sala, eu sei que meu cabelo era batidinho e os meninos me chamavam de Paulo Isidoro. Ah! Eu odiava! Ele era um jogador de futebol, nossa, era tanta coisa! Tinha uma turminha de rapazes, então, a gente estava começando a se interessar por rapazes. Mas assim, eu jamais ia me interessar por alguém, porque eu jamais ia imaginar que alguém ia se interessar por mim. E tinha as meninas da sala que jogavam piadinhas, entendeu? Tanto que eu tive que sair do colégio por que meu rendimento era péssimo. Eu não conversava com ninguém... eu odiava responder presente durante a chamada, ir à lousa... nem pensar! Me chamavam de Paulo Isidoro, que eu era isso, era aquilo, entendeu? As meninas tudo burguesinhas, de cabelão, a maioria, loira e tal. Eu não tinha amiga nenhuma, porque jamais elas chegavam perto de mim. Eu tinha uma só, que era assim, bem negona, fortona. Ela era a minha colega, eu tinha só ela, porque nós duas ficávamos assim: as excluídas da sala. (N. cabeleireira étnica, 26 anos (GOMES, 2003, p. 176)

Podemos perceber diante da fala acima que dentro das escolas existe sim um padrão de cabelo, no caso esse padrão é o cabelo liso. Eu, como pessoa preta, também me identifico com essa experiência. Convivi com esse padrão ao entrar em uma escola e passei a alisar meus cabelos com 8 anos, ou seja, aliso meus cabelos há 17 anos. Me lembro que praticamente todas as meninas da minha sala tinham o cabelo liso e eu achava aquilo um máximo, a pressão para alisar aumentou ainda mais com as piadas sobre o quanto meu cabelo “era ruim”. Nestes casos, notamos que:

As múltiplas representações construídas sobre o cabelo do negro no contexto de uma sociedade racista influenciam o comportamento individual. Existem, em nossa sociedade, espaços sociais nos quais o negro transita desde criança, em que tais representações reforçam estereótipos e intensificam as experiências do negro com o seu cabelo e o seu corpo. Um deles é a escola (GOMES, 2002, p. 44).

Podemos perceber que o espaço escolar exige sim um padrão para se estar ali. E quando a criança negra adentra esse espaço ela começa a querer se modificar para ser aceita por seus colegas porque não tem nada mais doloroso na vida da criança negra, do que a dor de ser rejeitada por seus traços físicos e cabelo. Gomes (2002, p. 45) afirma que:

Para estar dentro da escola é preciso apresentar-se fisicamente dentro de um padrão, uniformizar-se. A exigência de cuidar da aparência é reiterada, e os argumentos para tal nem sempre apresentam um conteúdo racial explícito. Muitas vezes esse conteúdo é mascarado pelo apelo às normas e aos preceitos higienistas.

Nilma (2002) declara que a não aceitação do cabelo pode levar a criança negra a internalizar uma inferioridade e baixa autoestima, e que o espaço escolar pode tanto reforçar o estereótipo sobre o corpo e cabelo negro, quanto na sua superação. Isso tudo porque em um sistema racista o branco é visto como uma referência, a norma, o padrão da sociedade e todas outras pessoas que não são brancas são vistas como diferentes, e não apenas diferentes, mas inferiores (KILOMBA, 2020). Podemos ver essa representação de inferioridade no relato de pesquisa citado por Moreira- Primo e França (2020):

“Eu queria ser com o cabelo ‘sem ser enrolado’” [...] “Eu queria que os meus olhos fossem iguais aos da Bela Adormecida”. Eu lhe disse: E você queria ter a cor igual à da Bela Adormecida, também? Ela disse: “Queria, sim”. Perguntei-lhe qual era a cor da Bela Adormecida. Ela então me disse: “Rosa, cor de pele”. (Thamires Hélio, filha de mãe branca e pai sem identificação) (TRINIDAD, 2016, p. 5 apud MOREIRA-PRIMO, DE FRANÇA, 2020, p. 186).

O impacto do racismo na autoimagem de uma criança pode ser tão doloroso, ao ponto dessa criança negar sua própria cor, de se sentir profundamente feia. O sentimento de inferioridade pregado pelo “branco padrão” pode destruir a autoimagem positiva de uma criança. Você leitora ou leitor já sentiu raiva por ter a sua cor de pele? Eu, como pessoa preta, já senti esse sentimento quando era criança e posso afirmar que é algo doloroso quando não se tem apoio para enfrentar, combater esse sentimento destrutivo.

Vejamos a fala de outra criança negra:

O cabelo, eu não queria esse topete e também queria ser branco. Eu queria que meu pai ‘nascesse’ branco, minha mãe “nascia” branca e minha irmã “nascia” branca! Queria toda a minha família branca. (Luiz Gabriel, filho de mãe morena, pai não identificado) (TRINIDAD, 2016, p. 5 apud MOREIRA-PRIMO e FRANÇA, 2020, p. 187).

O racismo cotidiano segundo a autora Grada Kilomba (2020), conforme trabalhado no capítulo 1 se caracteriza nas palavras, discursos, gestos, piadas, xingamentos, ações e olhares. É esse o racismo que crianças negras enfrentam dentro das escolas. Para a pesquisadora Kilomba (2020) o racismo é tão profundo que desde criança somos moldados a ter como único padrão de beleza o branco, então nós negros passamos a ser vistos como diferentes e inferiores por nossas características, inclusive por nós mesmos.

O autor Adilson Moreira (2019, p. 39) revela que:

[...] a identidade racial branca é um lugar de poder social e também um mecanismo de reprodução de relações raciais hierárquicas. Mais do que uma mera designação racial, ela indica um lugar de privilégio em função do pertencimento ao grupo racial dominante. Se, de um lado, estereótipos raciais afirmam uma suposta inferioridade de pessoas negras, de outro, eles reproduzem a noção de que brancos são inerentemente superiores.

Por isso, ao mesmo tempo em que uma criança negra está com baixa autoestima se sentindo inferior, temos as crianças brancas aprendendo a se ver como superiores só por serem brancas.

Os dados levantados pela Nilma (2003), citados no começo do capítulo, são de 20 anos atrás e esses dados não estão desatualizados, o racismo continua existindo em nossa sociedade. Não são apenas pessoas adultas que conseguem falar sobre o racismo dentro das escolas. Podemos não perceber, mas as crianças percebem e sentem o que acontece ao seu redor, inclusive conseguem expressar o impacto do racismo em suas vidas.

Em uma pesquisa o autor Ueliton Moreira-Primo e a autora Dalila França (2020) procuraram analisar relatos de experiências de crianças negras com o racismo no espaço

escolar. Com crianças de 6 a 11 anos. Foram analisadas falas de 10 crianças de três escolas da rede pública de diferentes cidades do interior da Bahia com a permissão das escolas e das famílias das crianças. O trabalho faz parte de uma dissertação de mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe.

A pesquisa funcionava da seguinte maneira: chamavam os alunos e alunas individualmente em uma sala, nesta sala os entrevistadores julgavam a cor de pele das crianças a partir de suas impressões. E as crianças se auto classificavam também. Quatro fotografias de crianças diferentes eram apresentadas para estes alunos e alunas participantes. Nessas fotografias, tinham uma menina negra com o nome de Beatriz e outra de uma menina branca com o nome de Clara. As outras duas fotografias eram de um menino branco com o nome de Felipe e a outra de um menino negro com o nome de Pedrinho. Para as meninas os entrevistadores apresentavam as fotos do sexo feminino e para os meninos apresentavam as fotos do sexo masculino. Então se perguntava as crianças “qual desses se parece mais com você?” A criança então apontava para a fotografia do seu grupo racial. E todas as crianças entrevistadas se identificaram com a fotografia que continha a criança negra do mesmo sexo. Por essa metodologia, ficou entendido na pesquisa que as crianças participantes sabiam e se identificavam como negras (MOREIRA-PRIMO E FRANÇA, 2020).

Para verificar o contexto do racismo vivido por essas crianças os entrevistadores criaram uma história de racismo contra uma criança negra e pedia ajuda dos alunos e alunas para entender a história. Antes de ser aplicada com as crianças participantes do estudo, a história foi avaliada por 10 juízes adultos nos quais todos e todas aprovaram a história. Em seguida foi feito um teste piloto, a história foi contada para 20 crianças de idades diferentes e nenhuma dessas crianças apresentou dificuldade para entendê-la. Assim, deram continuidade a pesquisa por perceber que a metodologia estava adequada. A história era a seguinte:

Para as meninas: “Beatriz é uma criança que gosta muito de brincar. Beatriz vai para a escola. Beatriz tem alguns amigos e amigas na escola. Em um certo dia, Beatriz estava brincando na escola quando uma menina chamada Clara disse que não era para ela brincar ali porque ela era feia, tinha um cabelo feio e tinha uma cor feia. Beatriz não sabe porque a Clara falou aquelas coisas com ela. Vamos ajudar a Beatriz a descobrir porque a Clara falou essas coisas com ela?”

Para os meninos: “Pedrinho é uma criança que gosta muito de brincar. Pedrinho vai para a escola. Pedrinho tem alguns amigos e amigas na escola. Em um certo dia, Pedrinho estava brincando na escola quando um menino chamado Felipe disse que não era para ele brincar ali porque ele era feio, tinha um cabelo feio e tinha uma cor feia. Pedrinho não sabe porque o Felipe falou aquelas coisas com ele. Vamos ajudar o Pedrinho a descobrir porque o

Felipe falou essas coisas com ele?” (MOREIRA- PRIMO, FRANÇA, 2020, p. 30)

Após a história, contada as crianças, foram levantados os seguintes questionamentos a elas:

“Você já viu uma situação como essa da história acontecer com alguém que você conhece? Como você se sentiu / como você ficou? Uma situação como a da história ou parecida já aconteceu com você? Como você se sentiu / como você ficou?” [...] (MOREIRA- PRIMO, FRANÇA, 2020, p. 31)

É doloroso para uma criança negra se sentir sozinha no espaço escolar e ouvir piadinhas a respeito de seu cabelo, nariz, da sua cor, de sua vestimenta ou até mesmo de seu calçado. Mas de tudo isso, o que uma criança levará, mais fortemente consigo, são os insultos a sua imagem (GOMES, 2005). É isso o que as crianças da entrevista relatam em suas falas:

“ – Na escola, as outras crianças ficam falando que a minha cor é feia. Os meninos ficam mangando da minha cor. Eu me sinto triste.” (Bruno, 8 anos, negro)

“– Na escola uma menina me chamou de macaca, me senti triste e com medo...” (Cecilia, 10 anos, negra)

“– Na minha escola os meninos me xingam de macaco, me xingam de todo tipo, de preto. Quando eu vou dizer à diretora eles falam que é mentira. No recreio me xingam de todo nome, eu digo para a professora, mas ela não liga. Eu me sinto muito mal.” (Marcos, 9 anos, negro)

“– As outras crianças aqui na escola falam que não gosta de mim porque sou preta. Também me colocam apelidos porque sou gorda, me chamam de baleia gorda, saco de areia. Me sinto triste.” (Ana, 7 anos, negra)

“– Um menino na escola faz bullying comigo. Ele me xinga de preto. Eu me sinto constrangido, a sala inteira olhando pra mim.” (Carlos, 11 anos, negro)

“– Um dia eu entrei na escola, aí eu sentei na minha cadeira e tinha outra menina bem de frente pra mim, ela me olhava e falava um monte de coisa pra mim, ela disse: “deixe essa Urubu sentar sozinha”. Eu me senti tão triste” (Maria, 11 anos, negra) (MOREIRA- PRIMO, FRANÇA, 2020, p. 31)

Diante das falas das crianças percebemos o quanto o espaço escolar pode se tornar tortuoso para criança negra. O que mais me choca é que esses relatos são recentes, são do ano de 2020. Na minha época de escola lá em 2004 me acontecia o mesmo, mas de lá para cá são 16 anos. Então onde está o problema? Por que ainda tem gente que prega que dentro da educação escolar não se tem racismo e que o que acontece são casos isolados?

Até quando a lei 10.639 que foi criada justamente para enfrentar isso irá ser descumprida? Quantas crianças pretas terão que sofrer de depressão, ansiedade e crescerem adultos inseguros?

O professor ou professora deve sim ser formada para tirar de dentro de sua sala de aula esses tipos de situação. A criança só irá reproduzir o que na sociedade é ensinado constantemente ou mesmo falado no espaço escolar. O racismo se repete com os anos em virtude de nada ser feito de maneira consistente, ele vai se atualizando:

Quando a escola se omite diante de situações como essas ela passa a legitimar a existência dos conflitos étnico-raciais nesse espaço, e esses conflitos são tão reais quanto perigosos para o bem-estar das crianças. Estas que, cotidianamente, vivenciam fortes emoções negativas na escola, em razão de situações de racismo e discriminações (MOREIRA-PRIMO, FRANÇA, 2020, p. 32).

Vejamos outros relatos:

“– Eu gosto pouco da minha cor, porque ficam me chamando de feia. Todo mundo aqui da sala fica dizendo que a cor branca é mais bonita, falam que eu sou feia e que pessoas da minha cor são feias. Me sinto triste.” (Paulinha, 8 anos, negra)

“– Eu gosto mais ou menos de minha cor. Porque tem vez que tem gente que fica colocando apelido e me xingando de preta, fazendo bullying, mas não pode. Na escola, uma menina branca disse que eu era preta e que eu era feia e uns meninos já puxou o meu cabelo. Eles sempre puxavam o meu cabelo, um dia minha mãe cortou bem baixinho porque eu pedi. Mas eles continuavam rindo e mexendo. E quando fui pra escola, pra festa de encerramento, minha professora nem me reconheceu, achou que eu era um homem. Ela disse que eu tava diferente, porque eu tinha cortado o cabelo. E os meninos mangando, dizendo que eu era um homem. Foi um dia bem ruim. Era a festinha da escola, eu senti que não era pra tá ali” (Cleide, 9 anos, negra) (MOREIRA- PRIMO, FRANÇA, 2020, p. 33).

Moreira- Primo, França (2020) destacam que os relatos acima a respeito da cor das crianças só demonstram que o racismo brasileiro impossibilita a construção de uma identidade positiva em crianças negras. Isso faz com que essas crianças reproduzam o racismo e pior, essas crianças passam a não se aceitarem e a odiarem suas próprias características. “O racismo nega às crianças negras o direito à felicidade, à dignidade e ao bem-estar psicológico e emocional” (MOREIRA- PRIMO E FRANÇA, 2020, p.33).

A autora Nilma Lino Gomes (2005) afirma que é muito difícil se construir uma identidade positiva para pessoas negras em uma sociedade que historicamente mantém a comunidade negra na base da pirâmide social, e que desvaloriza tanto a pessoa negra e ataca constantemente a imagem do negro: traços do rosto, textura dos cabelos, tom da pele, entre outros.

Nos estudos de Moreira- Primo, França (2020) foram perguntado às crianças se elas já presenciaram o racismo contra outras crianças e as respostas foram às seguintes:

“– Meus irmãos são xingados na escola, xingam de tudo que é nome, preto, feio, macaco. Fico triste e com medo de baterem na gente” (Cecilia, 10 anos, negra).

“– Eu tinha uma colega na escola que era mais escura do que eu, aí tinham umas meninas que não gostavam de chegar perto dela porque ela era negra. Aquilo me deixava triste, porque ela era da mesma cor que eu e as pessoas ficavam humilhando ela por isso.” (Marta, 11 anos, negra).

“– Tem um menino que conheço que ele tem a minha cor, quando ele toma banho e passa pela areia o pé dele fica cheio de poeira, quando ele vinha da casa dele para a escola, porque ele mora num lugar de areia, aí o pé dele fica sujo, aí os meninos ficavam dizendo para ele que ele era preto e pobre que não tomava banho. Os meninos ficam o chamando de lodrento, que não toma banho. Um dia ele queria brincar com os meninos e os meninos disseram que era pra ele sair, falaram “saí daqui seu bicho feio, lodrento”. E queriam bater nele, aí eu cheguei e disse “vocês não vão bater nele não!”, aí não bateram. Mas ficaram chamando ele de carvão... Eu ficava triste, e eu até falava: “porque vocês ficam xingando ele, se ele nunca te fez nada?”. Eu ficava triste que eles falavam da cor dele e que ele não tomava banho. Eu também já vi outros meninos sendo xingados, meu outro amigo é xingado de carvão e gago, porque ele é negro e tem problemas na voz.” (Mikael, 10 anos, negro)

“- Tem uma menina que, quando eu estudava com ela na escola, todo mundo chamava ela de urubu. Eu ficava com raiva, zangada, mal.” (Cleide, 9 anos, negra). (MOREIRA- PRIMO, FRANÇA, 2020, p. 35).

Segundo os autores, quando uma criança presencia outra criança sofrendo a mesma situação de racismo isso se torna:

[...] potencialmente danoso à saúde emocional e psicológica das crianças negras, pois, ver outra pessoa do seu grupo de pertença étnico-racial sendo vítima de racismo, causa na criança sentimentos como medo, raiva, vergonha, tristeza; uma vez que a discriminação resulta de uma característica partilhada por elas, que pode ser a cor da pele, o cabelo, a estrutura facial etc. (MOREIRA- PRIMO, FRANÇA, 2020, p. 36).

Atualmente se debate que o racismo pode se apresentar em diversos contextos como algo recreativo. Os debates e falas logo acima expressadas pelas crianças demonstram essa forma de racismo, às vezes recreativo, que procura como alvo a cor, o cabelo e as características das pessoas negras como forma de inferiorizá-las através de piadas, chacotas e “brincadeiras”.

O autor Adilson Moreira (2019, p. 63) relata que:

Uma análise histórica das produções humorísticas em nossa sociedade demonstra que elas sempre reproduziram ideias derogatórias sobre minorias raciais, as mesmas que eram utilizadas para conferir tratamento desfavorável a eles em outras situações. Vemos então que, mais do que simples mensagens que fazem as pessoas rirem, o humor assume a forma de um mecanismo responsável por medidas que legitimam arranjos sociais

existentes. Os estereótipos derogatórios sobre minorias raciais expressam então entendimentos sobre os lugares que os diversos grupos sociais devem ocupar, as supostas características dessas pessoas, os limites da participação delas na estrutura política, a valoração cultural que eles podem almejar e ainda as oportunidades materiais às quais podem ter acesso.

Aqui percebemos que o racismo recreativo tem em sua base as piadas, essas piadas são utilizadas para mascararem o seu principal objetivo o de tornar o negro como inferior. Dentro do espaço escolar se torna mais forte ainda, pois ali a criança não tem como se proteger. O humor as piadas direcionadas as pessoas negras só servem para hostilizar as minorias com o discurso de que não são racistas, “[...] reproduzindo então a noção de que construímos uma moralidade pública baseada na cordialidade racial. Esse projeto de dominação racial expressa a aversão que brancos sentem em relação a negros, mas permite que eles ainda assim apareçam como pessoas comprometidas com a igualdade” (Moreira, 2019, p. 63).

E dessa forma a sociedade branca faz com que as piadas se tornem algo natural, fazendo até com que nós negros não percebamos o objetivo da piada ou que nos deixem desconfortáveis ao ponto de nós pessoas negras nos sentirmos bobos por uma “simples” piada. Sendo assim, essas “brincadeiras racistas recreativas” desde a infância contra os negros mostra:

[...] a presunção de que apenas pessoas brancas são merecedoras de respeitabilidade social porque só elas devem ser consideradas como agentes capazes de atuar de forma competente no espaço público, o que, no contexto da modernidade, é um requisito fundamental para o reconhecimento da plena humanidade dos indivíduos (MOREIRA, 2020, p. 64).

Para dar continuidade a discussão a respeito do racismo recreativo, ou seja, disfarçado de humor e brincadeira, a autora Oliveira (2022) desenvolveu um estudo chamado: “É só de brincando, tia!” Racismo recreativo em apelidos, piadas e brincadeiras no ambiente escolar”.

Diante de suas preocupações sobre o funcionamento e como é a estrutura do racismo recreativo a autora em seu trabalho se propôs a pesquisá-lo através de questionários e formulários aplicados sobre o tema pelo *Google forms*. A autora buscou saber o que os alunos e alunas entendem sobre o racismo, preconceito e discriminação bem como esse processo acontece na escola. A pesquisadora aplicou questionários com vários estudantes, de diferentes níveis. A figura 1 representa a pergunta de número 20 do formulário do *Google forms*, em que ela pergunta sobre as formas das práticas racistas. Dentro deste formulário 165 (86,8%) pessoas responderam que a discriminação ocorre por meio de brincadeiras e piadas enquanto

109 (57,4%) pessoas responderam que a discriminação ocorre por meios de xingamentos, outras 141 (74,2%) pessoas responderam que ocorre por apelidos. 6 (3,2%) pessoas responderam que ocorre por charges, 29 (15,3%) pessoas responderam que é através de desenhos, 26 (13,7%) pessoas responderam que a discriminação ocorreu por meio de agressões e por último 8 (4,2%) pessoas responderam que acontece por meio de memes.

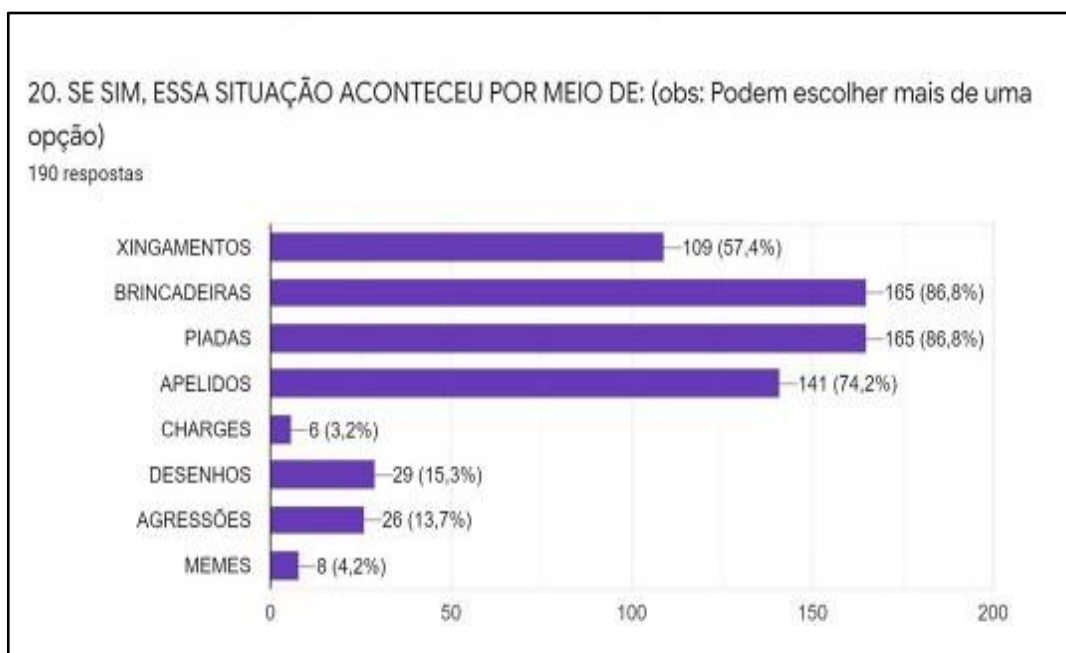


Figura 1: Formas que ocorrem as práticas racistas. Fonte: Oliveira (2022, p. 65).

Por meio dessa pesquisa, entendemos que é preciso mostrar que na escola o racismo também aparece de forma recreativa. Ao questionar os e as estudantes na pergunta de número 22 se já ouviram falar sobre o racismo recreativo (figura 2) 79% responderam que não e 20,3% responderam que sim.

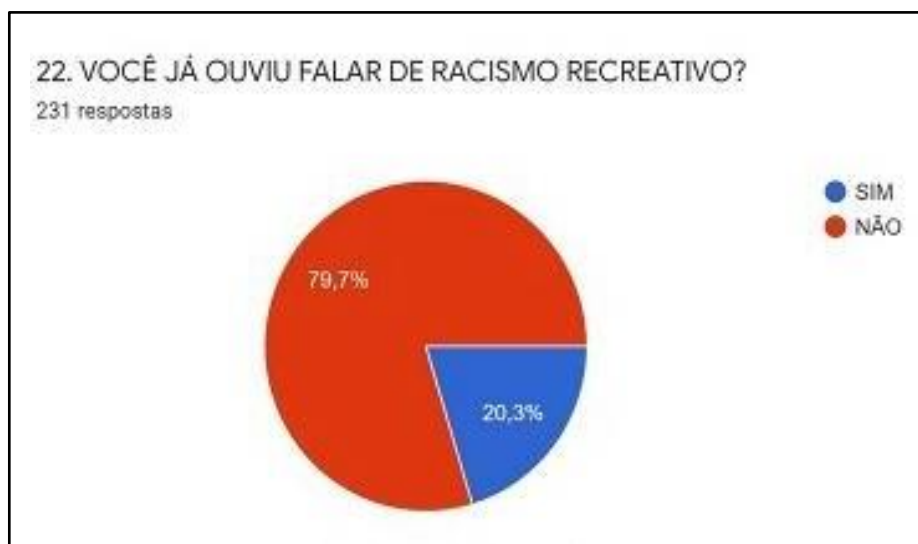


Figura 2: Racismo recreativo. Fonte: Oliveira (2022, p. 66)

Sobre o que é o racismo recreativo, no próprio formulário, os alunos e alunas deveriam explicar por meio de suas palavras o que eles compreendiam sobre o assunto, e as respostas foram as seguintes:

“Levando piadas racistas falando que é humor, engraçado” (Estudante 51)
 “Que é quando o racismo é praticado camuflado de brincadeira.” (Estudante 68)
 “Racismo disfarçado de brincadeiras” (Estudante 78)
 “Quando se usa o humor para práticas racistas.” (Estudante 84)
 “Utilizar o racismo como um modo de humor” (Estudante 86)
 “quando se utiliza do humor para prática do racismo” (Estudante 107)
 “O racismo usado depreciativamente em forma de "brincadeira" (Estudante 113)
 “Racismo em uma forma de brincadeira.” (Estudante 115)
 “E quando a pessoa faz uma piada racista e depois se esconde atrás da piada dizendo que foi apenas uma brincadeira, para não levar a sério” (Estudante 136)
 “É o ato de tornar uma prática racista como piada para outras pessoas rirem.” (Estudante 165)
 É um ato de ofender, fazer zombaria, fazer brincadeiras bestas e sem escrúpulos. (Estudante 166)
 “Pessoas que usam o racismo pra fazer humor” (Estudante 183) “praticar racismo por pura diversão” (Estudante 189)
 “Que são preconceitos disfarçados de brincadeiras.” (Estudante 193)
 Acredito que seja um racismo cometido como forma de brincadeiras. (Estudante 199)
 “É uma das formas de racismo estrutural em que o racismo é praticado por meio de "brincadeiras", xingamentos, apelidos, etc. Até mesmo no humor é encontrado o racismo recreativo.” (Estudante 213)
 “é o racismo disfarçado em humor e piadas.” (Estudante 223) “É quando você usa o humor para praticar o racismo.” (Estudante 227) (Oliveira, 2022, p. 66).

Por meio dos dados apresentados acima, notamos que os próprios estudantes percebem o que é o racismo recreativo, pois é uma forma muito comum do racismo aparecer na escola. Então, mesmo que estes estudantes não tenham ouvido falar com mais detalhes sobre o que é o racismo recreativo, eles apontam essa forma de racismo como a mais comum na vivência escolar.

Com os dados da autora, percebemos que diferente da violência direta e explícita, o racismo aparece disfarçado de brincadeira, de apelido e se não for combatido vai continuar passando como algo que não é grave.

Não poderia dentro deste capítulo deixar de falar também sobre outra forma de racismo muito violenta dentro das escolas e pouco debatido: o preconceito e intolerância religiosa com as crianças que tem religião de matriz africana.

A intolerância religiosa atinge com força as crianças negras, mas o termo mais correto a se falar aqui seria racismo religioso, pois estamos falando de religiões de matrizes africanas. Sidnei Nogueira (2020, p. 19) caracteriza o racismo religioso como:

[...] formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exalta outro, valorizam e conferem prestígio e hegemonia a um determinado “eu” em detrimento de “outrem”, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político – os quais culminam em ações prejudiciais e até certo ponto criminosas contra um grupo de pessoas com uma crença considerada não hegemônica.

Mais uma vez aqui podemos perceber que o que não vem do padrão branco não é belo, não é aceito. As religiões de matrizes africanas foram tiradas aos poucos dos povos escravizados que vieram do continente africano. E o pouco que ficou até hoje sofre com a pressão religiosa trazida pela cultura européia que tem “a necessidade de estigmatizar para fazer oposição entre o que é normal, regular, padrão, e o que é anormal, irregular, não padrão. Estigmatizar é um exercício de poder sobre o outro. Estigmatiza-se para excluir, segregar, apagar, silenciar e apartar do grupo considerado normal e de prestígio” (Nogueira, 2020, p. 19).

Essas reflexões do autor Nogueira (2020) concordam com os argumentos do capítulo 1 desta monografia, em que para o Silvio Almeida (2019), a Nilma Lino Gomes (2005) e a Grada Kilomba (2020) mostram que um dos grandes mecanismos do racismo é apresentar a pessoa negra como oposto ao padrão, ao normal, que seria sempre a branquitude. As religiões de matriz africana são tão perseguidas no Brasil que pesquisadores relatam o quanto é difícil fazer pesquisa para saber quem é dessa religião, pois algumas pessoas preferem mentir e esconder, dizer que não tem religião para não sofrer preconceito se assumindo podemos ver no trecho a seguir que:

Certamente, a vergonha, a estigmatização, o racismo e o apagamento de pessoas de terreiro apontam para a estratégia de se esconder atrás da indicação de pertencimento religioso ligado às expressões religiosas hegemônicas e brancas, a outras religiosidades ou até à ausência de religião. É preferível até se identificar como não religioso a pertencer a uma religião de origem preta (NOGUEIRA, 2020, p. 42).

O trecho acima me levanta a seguinte questão: Se algumas pessoas até escondem que são de religião de matriz africana por conta do preconceito, como as crianças que são do candomblé, por exemplo, são recebidas na escola? Como resposta para esse questionamento

trago a pesquisa do autor Gustavo Jaime Filizola, feita em 2019, intitulada: “As crianças de candomblé e a escola: pensando sobre o racismo religioso”.

A dissertação foi na linha de educação, culturas e identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco.

O autor buscou saber quais as consequências do racismo religioso no ambiente escolar para as crianças do candomblé. O foco foi identificar como a estrutura religiosa gera a discriminação com as crianças pertencentes a essas religiões afro-brasileiras e quais os elementos dessa religião que sofrem com a interpretação negativa vindo de outras religiões. O pesquisador também procurou analisar como é construída a identidade dessas crianças dentro do espaço escolar racista.

O método de pesquisa utilizado foi a observação participante com uso de entrevista semi-estruturada, fotografias e gravador. Os dados levantados foram realizados dentro de um terreiro de candomblé de nação jeje-nagô e em duas escolas uma pública e a outra privada. Os resultados demonstram que o racismo e o preconceito vão além do terreiro e implicam os aspectos de “[...] classe, raça, grau de escolaridade, gênero, nível socioeconômico e contexto familiar” (Filizola, 2019, p. 9).

A pesquisa relata o quão grande é o preconceito com as religiões de matriz africana e de como isso afeta as crianças de terreiro. A discriminação também acontece quando são espalhadas notícias falsas para disseminar o ódio e inferiorizar os pertencentes a essa religião (Filizola, 2019).

Dentro da nossa estrutura escolar existe uma grande influência do padrão branco europeu, o espaço escolar ao ver a religião do candomblé como algo negativo contribui de forma negativa na construção da identidade positiva das crianças que tem essa crença (Filizola, 2019).

O autor debate que a inferiorização da identidade da criança de terreiro dentro do espaço escolar se torna preocupante pois há o conflito da religião “padrão” imposta nas escolas com a de matriz africana, como resultado a criança de religião candomblé passa a negar e formar um autoconceito negativo de sua própria imagem e de suas crenças (Filizola, 2019).

Uma das formas de se inferiorizar as religiões de matrizes africanas são os xingamentos e comentários racistas. O autor e pesquisador Filizola (2019) considera as palavras como um meio de dominação. Abaixo apresentamos as falas das crianças ouvidas na pesquisa sobre o preconceito:

Me abusando... não sei o que, o **macumbeiro**. Aí assim, isso mexe comigo, muito eu não gosto. [...] Me chamam de **macumbeiro**, **xangozeiro**, **bate ilú**, **batebombo**, vai bater bombo, abusando da fé que a gente tem. Aí assim eu prefiro o terreiro (ERÊ DE ORIXALÁ¹).

Eu tento não demonstrar, não que eu tenha vergonha, eu tento não demonstrar porque as pessoas começam a se afastar quando falam **macumbeira** tudo isso. Atinge, atinge. Mas eu me controlo e continuo porque eu gosto de debater (ERÊ DE IEMANJÁ)

Eu não ligo para o que eles falam. Mas mexe um pouquinho no sentimento sim. Eles poderiam não gostar da religião, mas não **ofender** ela. Me sinto muito triste, muito magoada (ERÊ DE IEMANJÁ)

Chama ele de **negro**, de **macumbeiro**... ele é negro sim, meu filho é negro, aí foi quando eu abri o jogo... também sou da religião, minha família toda é da religião e o que é que isso te a ver? (Mãe do Erê de Orixalá) (FILIZOLA, 2019, p. 149).

No espaço escolar também há relatos sobre o preconceito com candomblé presenciado por parte da equipe das escolas estudadas:

[...] nós iremos ver várias religiões e, inclusive, religião de matrizes africanas. Aí, os alunos já foram dizendo: “eita, professor! A macumba, né? Agente tem um aluno da macumba aqui. Eu vi que é o aluno X xingando ele de macumbeiro, xingando (...) diminuindo o (Erê de Orixalá) em relação só por ele freqüentar o terreiro (PROFESSOR DA ESCOLA PÚBLICA).

Eu vi chamando ele de macumbeiro, chamando ele disso e outras coisas, que ele faz macumba, que ele faz parte do demônio e tudo o mais (COORDENADOR DA ESCOLA PÚBLICA) (FILIZOLA, 2019, p. 149).

Ao refletir sobre esta pesquisa li que a Erê de Iemanjá é branca, então percebi que não é apenas a religião em si, que o grande “problema” disso tudo está agravado ao que é associado ao negro. Historicamente tudo o que é ligado a pessoa negra é ruim. A religião é tirada na força das palavras que tocam o íntimo dessas crianças que passam a ter uma baixa autoestima, especialmente se são negras, já não basta ter que ser o alvo de piadas e xingamentos o tempo todo por sua imagem e características físicas, agora também pela religião. No caso da criança branca, a Erê de Iemanjá, recebe o preconceito com a religião por essa religião estar associada aos negros, a África.

Nesse contexto de racismo religioso, a criança tem que ser obrigada a esconder sua religião dentro do espaço escolar para não ser mais hostilizada e afastada dos colegas. O professor que deveria estar ali para construir uma identidade positiva nas crianças negras e sua religião pouco preparo tem. Ou preferem fechar os olhos e deixar que a religião dominante branca fale mais alto do que seu dever como profissional.

Até quando essas crianças pertencentes a religiões de matrizes africanas deverão silenciar a sua religião e se autonegar? Vivemos em um país em que se insiste dizer que o

¹ Estes são os nomes fictícios que o pesquisador criou para as crianças participantes.

preconceito não existe. A escola deve ser um lugar de acolhimento de referência quando falamos sobre educação étnico-racial: “As crianças não ficam imunes aos estereótipos que são dados aos adeptos do candomblé. A primeira imagem que aparece, em geral é o adjetivo “macumbeiro/macumbeira”. A construção da identidade que é colocada na escola (social), não condiz com a identidade real (pessoal) que a crianças tem de si” (FILIZOLA, 2019, p. 151). Ou seja, a criança vai aprendendo aos poucos a ter uma identidade negativa de si, pelo racismo religioso.

Dentro da pesquisa de Filizola (2019) foram perguntados aos adultos (pais, mães, professores, professoras) se eles e elas têm a ideia sobre qual a origem e as consequências do racismo religioso. A maioria dos participantes declara que acreditam que a intolerância ao candomblé vem do tempo dos escravizados e que o fato do negro ter sempre sido colocado como sujo e subalterno a pessoa branca causou grandes consequências. E por não saberem a origem e a história por trás dessa religião a intolerância se torna presente. As pessoas adultas explicaram que a maior parte das crianças e algumas pessoas da escola entendem que tudo que vem do negro tem a ver com o diabo, energias negativas, magia negra.

No estudo, a maioria também respondeu que quando se fala da intolerância racial dentro da escola as crianças preferem se esconderem e não falar sobre sua religião para não serem excluídas. Ou que outras crianças preferem se isolar para não sofrerem mais ainda com o preconceito racial e religioso. Todos concordaram que a intolerância religiosa acaba com a autoestima e imagens das crianças, fazendo com que elas não queiram estar dentro da escola ou que passem a negar a sua religião (FILIZOLA, 2019).

Aqui percebo, por meio dos dados do estudo apresentado, que uma das formas de se trabalhar a religião dentro do espaço escolar é apresentando as religiões de matrizes africanas como algo positivo, qual a origem, quem são os povos participantes que criaram essa religião. A história negra deve ser contada, apresentada e posta como algo que também é belo e que merece respeito. Enquanto a cultura e a religião européia estiver dentro das escolas como a única, como dominante, pouco se pode fazer para que outras religiões e povos sejam vistos como algo positivo. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais criadas a partir da lei 10.639/2003 determinam que:

A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política (BRASIL, 2004, p. 16).

Essas e outras posturas, de superação do preconceito e discriminação, citadas acima diante da cultura negra são urgentes para o enfretamento do racismo. As instituições de ensino devem e são responsabilizadas quanto isso, ao combate do racismo, pois nelas estão toda a diversidade de estudantes. E dentro do espaço escolar que deve se promover que as diferenças devem ser respeitadas, que um cabelo não te torna inferior a ninguém, que sua cor de pele não te faz melhor que ninguém, mas infelizmente:

São nesses espaços que as oportunidades de comparação, a presença de outros padrões estéticos, estilos de vida e práticas culturais ganham destaque no cotidiano da criança e do/a adolescente negros, muitas vezes de maneira contrária àquela aprendida na família (GOMES, 2002, p. 46).

A autora Nilma Lino Gomes (2002) afirma também que a escola é uma das instituições que mais marca a vida de uma pessoa negra, pois na maioria das vezes o primeiro contato da criança negra com racismo é ali dentro do espaço escolar, portanto:

A escola representa uma abertura para a vida social mais ampla, em que o contato é muito diferente daquele estabelecido na família, na vizinhança e no círculo de amigos mais íntimos. Uma coisa é nascer criança negra, ter cabelo crespo e viver dentro da comunidade negra; outra coisa é ser criança negra, ter cabelo crespo e estar entre brancos (GOMES, 2002, p. 45).

Desta forma as instituições escolares não podem escapar de sua responsabilidade de combater o racismo, já que ele também existe dentro dela. A escola não é ilhada da sociedade, se a sociedade é racista, a escola terá racismo também. Assim um dos passos para combater o racismo é reconhecer que ele existe. Afinal, como iremos combater algo que não existe? É neste ponto que quero chegar, o racismo dentro das escolas sejam elas públicas ou privadas é um fato inegável, diversas pesquisas, como as de Cavalleiro (2010), Gomes (2005) e França e Carvalho (2019) comprovam esta realidade. Mas dentro do discurso brasileiro ele não existe. Isso faz com que o racismo se torne mais negado ainda dentro do espaço escolar, quando questionados os professores e professoras negam e ainda dizem que em sua sala de aula nunca houve ou não há nenhum tipo de discriminação, a direção escolar também nega. Esse tipo de comportamento faz com que se torne ainda mais difícil identificar o racismo e suas formas dentro das escolas. Citado por Carvalho e França (2019, p. 156) em diálogo com Riedemann e Stefoni (2015), afirmam que:

O reconhecimento de que o racismo está presente nos discursos e nas práticas escolares é importante para promover uma educação antirracista, e o primeiro passo para que isso aconteça é entender que essas práticas refletem uma ideologia maior, que defende que sujeitos ocupam uma posição de inferioridade em relação a outros.

É necessário desconstruir falas que afirmam que o lugar de se combater o racismo e outras formas de discriminação seja somente em casa. As escolas sim são primordiais para abordarem do antirracismo, elas precisam combater qualquer tipo de discriminação que afeta a imagem, o físico e o psicológico de uma criança seja ela negra, parda ou indígena. As autoras Carvalho e França (2019, p. 152) deixam explícito que:

[...] a escola precisa assumir sua função social de combate ao racismo. Dessa forma, surge a necessidade de conhecer os recursos que estão sendo utilizados pela educação e pela escola para o enfrentamento do preconceito e do racismo, de forma a estimular mais publicações na área para que estas possam contribuir com ações efetivas de combate ao racismo na esfera escolar e educacional.

Em relação aos caminhos para o combate do racismo escolar, conforme já explicado é admitir que ele existe e analisar os recursos disponíveis para escola assumir essa função de combate. Outro ponto de combate ao racismo é entender que a escola sozinha também não é capaz. Ela precisa da comunidade, das famílias, da universidade. A autora Nilma Lino Gomes (2002, p. 40) destaca que: “[...] a instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade”.

Outra forma crucial para o combate ao racismo dentro das escolas segundo autora Gomes (2002) é a importância da formação de qualidade dos e das professoras dentro da sala de aula, principalmente uma formação que trate o contexto do cabelo e corpo negro.

A formação docente principalmente quando se trata do pedagogo e da pedagoga a meu ver deveria ser mais aprofundada e para além de só uma matéria obrigatória, e sim ser complementada no currículo em que se aprofundassem mais nos impactos do racismo na vida das crianças e jovens negros, por meio também de cursos, palestras, eventos, construção de materiais como cita a lei 10.639 a seguir:

[...] os estabelecimentos de ensino, freqüentados em sua maioria por população negra, contém com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação. (BRASIL, 2004, p. 12)

Como o racismo ocorre de forma velada dentro das escolas, nós pedagogos e pedagogas desde a nossa infância, quando éramos estudantes, crescemos olhando o racismo como algo banal. Principalmente docentes brancos. Gomes (2002, p 176) reconhece que:

A ausência da discussão sobre essas questões, tanto na formação dos professores quanto nas práticas desenvolvidas pelos docentes na escola básica, continua reforçando esses sentimentos e as representações negativas sobre o negro. Nem sempre os professores e as professoras percebem que, por detrás da timidez e da recusa de participação de trabalhos em grupos, encontra-se um complexo de inferioridade construído, também, na relação do negro com a sua estética durante a sua trajetória social e escolar.

A pesquisadora Pereira (2022) fez um estudo de mestrado focado neste assunto, da relação dos e das professoras com o racismo. A pesquisa foi feita em uma cidade do interior da Bahia, em uma escola pública com 9 professores, sendo 7 mulheres e 2 homens de 38 a 55 anos, 4 brancos, 4 pardos e 1 preto. Eles eram das áreas de Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Inglês e Ciências. A pesquisa foi por meio de grupo focal, Pereira (2022) apresentou um vídeo com uma situação de racismo e os docentes tinham que responder como reagiriam se algo semelhante ocorre na sala de aula deles. A autora avaliou que muitos não souberam dizer como agiriam e se esquivaram da questão racial.

Durante sua pesquisa Pereira (2022) confirmou que os professores reconhecem a situação de racismo retratada no vídeo, mas ao perguntar aos e às professoras como agiriam diante da situação se fosse em suas salas de aula, eles e elas não conseguiram colocar argumentos sobre as medidas tomadas. Na pesquisa da autora podemos perceber o despreparo dos professores e professoras a respeito da temática. E o despreparo das escolas que garantem nos seus currículos a responsabilidade de se trabalhar questões raciais.

Outro fato que me chamou a atenção é que algumas falas de docentes sobre o vídeo apresentado consideravam o racismo como bullying, como se essa pudessem colocar essa questão (a violência contra crianças pretas) como algo comum entre alunos. Tratar o racismo como bullying é uma forma de retirar a responsabilidade da escola e dos professores sobre o peso histórico do racismo. No diálogo, a pesquisadora percebeu a tentativa dos professores e professoras de se esquivarem colocando a culpa na ansiedade dos alunos e alunas e nos problemas que surgiram pós pandemia.

No estudo, Pereira (2022) cita duas questões que podem fazer com que os professores não estejam preparados. A primeira questão é que os professores não sabem agir em situações que precisam de suas interferências quando se trata do racismo. A falta de formação docente

na área da cultura negra pesa nessa hora. Por isso, deveria ser insubstituível no currículo, durante a faculdade, o estudo dessas questões para preparar os e as professoras. A segunda situação descrita pela pesquisadora é que os professores tornam mais importante a transmissão dos conteúdos exigidos (BNCC) e deixam as questões raciais de fora de suas discussões.

Quando se trata das estratégias de enfrentamento do racismo, foi constatado que os alunos que sofrem o racismo até levam suas queixas aos seus educadores e educadoras, mas sempre há um questionamento se as situações relatadas pelos alunos se tratam mesmo de racismo (PEREIRA, 2022). Isso faz com que as vítimas do racismo passem a se culpar e até fazer com que elas pensem que são causadoras das situações de racismo. Outra temática que surgiu nas conversas sobre o combate ao racismo entre os e as professoras no estudo da Pereira (2022) é de que as crianças que cometem esse racismo sejam punidas.

Acredito que apenas punindo criança não seja o melhor caminho para mostrar que o racismo é crime, mas sim levar essas crianças a conviverem e serem ensinadas a respeitar as diferenças. Trazer reflexões para sala de aula sobre o quanto os atos racistas trazem impactos na vida das crianças negras e que o racismo não acontece de forma individual ou isolada como a comunidade branca insiste em mostrar. Podemos ver no trecho a seguir o que a autora expõe sobre essas concepções:

Os resultados também trazem uma concepção do racismo como um fenômeno que vive no indivíduo, tratada de forma naturalizada. Aqui percebe-se que não há uma preocupação sobre educar crianças para uma sociedade que seja pautada na redução e erradicação do racismo. Não se pensa também nas marcas que o racismo pode causar naqueles que passam por essas situações e que não existem pautas para este tipo de assistência (PEREIRA, 2022, p. 96).

Mostrar as crianças o quanto respeitar as diferenças e reforçar cada cultura como algo positivo pode sim ajudar a mudar a realidade do racismo nas escolas brasileiras. As instituições educacionais têm que apresentar a cultura negra e indígena de forma correta dentro dos espaços escolares.

Para encerrar este capítulo, a manutenção das políticas públicas é essencial para enfrentar o racismo na escola. Uma delas é a lei 10.639 de 2003, uma conquista que revê o currículo para defender a história e cultura afro-brasileira. Esta lei é acompanhada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para as Relações Étnico-raciais.

As diretrizes para a educação têm como objetivo a alteração positiva na realidade das pessoas negras no espaço escolar. Em seu documento, as diretrizes buscam uma educação

democrática, igualitária e de respeito com a cultura africana e seus descendentes. As diretrizes buscam a retratação dos anos de sofrimento dos escravizados, diante da valorização e respeito da criança negra tendo acesso a sua história e sendo respeitada dentro do espaço escolar, com conteúdo e professores capacitados a incentivar e promover uma educação antirracista. Portanto a lei 10.639/2003 estabelece:

[...] a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros (BRASIL, 2004, p. 9).

Se há uma obrigatoriedade na lei sobre o ensino da cultura afro-brasileira, o que me leva a pensar é porque muitas escolas ainda insistem em ficar paradas, como mostra a pesquisa divulgada pelo Instituto Alana e Geledés Instituto da Mulher Negra (2023). O referido estudo mostra que mais de 70% secretarias de educação não cumprem a lei 10639. Escolas continuam com discursos já prontos sobre o racismo dentro delas. Enquanto não houver fiscalizações tanto em escolas públicas quanto em escolas privadas não haverá combate ao racismo.

Estamos em 2023, 20 anos da lei 10.639, até quando nós pessoas negras deveremos crescer nos sentindo inferiores e desmerecedores daquilo do que é nosso por direito? Até quando crianças vão ser atacadas fisicamente e psicologicamente por sua cor? Está escrito nas leis que isso é crime e deve ser combatido, mas porque fazem tão pouco caso diante de algo tão grave? Pouco caso de um trabalho de enfrentamento que poderia mudar vidas.

É importante destacar que as diretrizes que obrigam o ensino da cultura afro-brasileira têm como objetivo:

[...] o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de

asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos (BRASIL, 2004, p. 10).

A política pública busca garantir que essas crianças negras se sintam confortáveis no ambiente escolar, e que essas escolas estejam preparadas com profissionais que entendem o contexto histórico do racismo. A reparação histórica deve se começar dentro das escolas. Porque essas crianças se tornarão pessoas adultas e se forem ensinadas, serão mais conscientes e críticas a respeito dos seus direitos e dos direitos de outras raças. Essa criança com educação antirracista se tornará um adulto seguro de seus direitos como pessoa negra.

Nas Diretrizes se aborda abertamente sobre o papel da escola que deve ser o de eliminar a discriminação:

[...] para a emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, os conhecimentos avançados (BRASIL, 2004, p. 15).

Outro fato importante que citei muito neste capítulo é sobre o reconhecimento que existem relações baseadas no preconceito “que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual Brasil (2004, p. 12).

Essas situações que desqualificam a comunidade negra estão expressas nas piadas, apelidos, brincadeiras que sempre são acompanhadas de risadas que ajudam ainda mais colocar o negro como incapaz diante da sociedade. Por isso é importante a criação de:

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações [...], fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras (BRASIL, 2004, p. 16).

As leis, conquistadas com muita luta do Movimento Negro, foram criadas para colocar nós negras dentro de tudo aquilo que temos direito e que por anos foi negado. A reparação histórica está acontecendo, mas ainda há um grande caminho a percorrer. Sem a criação de cotas, por exemplo, hoje eu possivelmente não estaria dentro de uma faculdade pública, não

teria passado em um concurso público. O tempo todo nós pessoas negras temos que lutar o dobro para provar que não somos incapazes. E mesmo estando dentro do que é nosso por direito somos questionados e colocados a prova. Por isso, não podemos parar de lutar, lutar contra o racismo escolar, lutar para que a lei 10.639 seja cumprida, lutar por uma educação antirracista.

CONCLUSÃO

Ao longo dos meus estudos procurei refletir sobre o racismo na escola. E agora no final da minha escrita chegou o momento de avaliar o que foi possível alcançar através de minhas pesquisas. E para avaliar os meus resultados retomarei os dois objetivos específicos traçados.

Em relação ao primeiro objetivo em que busquei compreender o conceito de racismo, organizei os resultados no primeiro capítulo do meu TCC. Neste capítulo demonstro que o racismo se trata de um processo histórico onde há toda uma estrutura para que o negro permaneça na base da pirâmide social. É com o racismo estrutural que vemos as altas taxas de mortes, de desemprego, de problemas de moradia, falta de saúde, baixa escolaridade entre outros direcionadas a população negra (Almeida, 2019). Há quem diga que o racismo não vê cor, mas não é bem assim, no Brasil o racismo é baseado na cor da pele (Gomes, 2003).

Além disso, como vivemos em um país onde o mito da democracia racial reina se torna difícil enfrentar o problema (Cavalleiro, 2010). Se aceitarmos que não existe racismo no Brasil deveremos então aceitar que todas as pessoas negras vivem no mesmo patamar e tem as mesmas oportunidades que brancas, e se estão em desvantagem é por falta de esforço próprio conforme analisou Cavaleiro (2010).

Também não existe igualdade plena entre homens e mulheres. O racismo se agrava com o machismo, pois a situação das mulheres negras é muito grave. Um homem mesmo sendo negro tem algumas vantagens por ser homem em relação às mulheres negras (Kilomba, 2020). No Brasil, são as mulheres negras que recebem os menores salários (IBGE, 2019).

O racismo não é algo que acontece só de vez em quando. Com Kilomba entendemos que é cotidiano, representando as pessoas negras como inferiores, exemplo: macaco, bandido, prostituta, sujo, favelado, entre outros.

Em relação ao meu segundo objetivo de identificar como o racismo se manifesta no espaço escolar, cheguei à conclusão de que uma das suas principais formas de alcançar suas vítimas é através de piadas que vem em forma de humor, chamamos isso de racismo recreativo (Moreira, 2019). Este racismo faz com que suas vítimas se sintam acuadas e inferiorizadas ou até finjam levar na brincadeira também.

Outra forma perversa do racismo é o ataque a imagem, corpo e cabelo das pessoas pretas. Nossa identidade vai sendo tirada aos poucos, no lugar do cabelo afro toma conta o alisamento. Mas ainda assim as piadas não terminam: falam do nariz, boca e traços físicos até chegar ao ponto de a criança negra tentar ao máximo se tornar invisível aos olhos de seus

colegas (Gomes, 2002). E a escola que deveria protegê-las pouco fazem, por vezes, preferem dizer que não existe racismo do que adotar políticas de tornar a cultura e as características negras como algo positivo (Cavalleiro, 2010). Os professores e professoras atolados de tarefas e afazeres se esquivam e tratam o racismo como algo isolado (Pereira, 2022). Também abordei a presença do racismo religioso na escola que faz com que as próprias crianças tenham medo e se sintam envergonhadas de sua religião passando a escondê-la, para não serem atacadas e ainda mais discriminadas e rejeitadas dentro do espaço escolar (Nogueira 2020).

Acredito que muitas reflexões importantes eu consegui desenvolver nesta pesquisa. Mas não foi possível alcançar todas as perguntas que ainda tenho, uma delas é: quais são as formas de combate do racismo dentro das escolas? Como os professores e as professoras podem usar os recursos disponíveis na escola ao seu favor? Outro ponto que eu gostaria era de ter um contato maior é com crianças negras, em uma pesquisa de campo, onde eu observaria as crianças no cotidiano escolar e posteriormente entrevistá-las. Quem sabe em um futuro muito próximo eu consiga realizar uma pós-graduação e sanar essas dúvidas e desejos de pesquisa.

De todo modo esse estudo foi muito importante para mim. Ao construir essa monografia me peguei várias vezes durante as pesquisas estudadas espantada por não saber ou conhecer tão pouco da história das relações étnico- raciais. Percebi que o que aprendi dentro das escolas foram conteúdos superficiais sobre minha cultura, sobre a convivência entre negros e brancos na sociedade brasileira. Compreendi que o fato de crianças e adultas negros e negras saberem tão pouco se dá pelo mito da democracia racial. Enquanto o país em que vivemos não assumir que são as pessoas negras as mais afetadas por falta de escolaridade adequada, emprego, moradia, saúde e as pessoas que mais, pouco se pode fazer.

Enquanto a população negra crescer sendo atacada na sociedade e também dentro dos espaços escolares por sua cor, cabelo, corpo continuaremos tendo: evasão escolar, falta de acolhimento das crianças negras por docentes, vidas afetadas pelo complexo de inferioridade. Além disso, como consequência do racismo estrutural permaneceremos como a população com menos estudo, menos condições dignas de trabalho, de moradia, de saúde, maior taxa de gravidez na adolescência, maiores índices de jovens mortos dentro da comunidade negra entre tantas outras estatísticas.

Me pergunto mais uma vez, agora nas minhas palavras finais: até quando o branco continuará sendo referência de padrões de beleza? Até quando as mídias irão retratar o negro como maldoso, marginal ou sexualizado? Até quando a educação irá negar a história das

matrizes-africanas? E por último até quando a lei 10.639/2003 irá ser descumprida. Retomo o que Nilma Lino Gomes reflete:

Se é de consenso que a inércia racial e social não é aceitável para qualquer cidadã e cidadão brasileira(o) que acredita na construção de uma sociedade democrática e com justiça social, mais evidente é para nós, educadoras e educadores da Educação Básica e do Ensino Superior, profissionais responsáveis pelo processo de socialização do conhecimento, de formação e humanização. Precisamos superar a postura de “indignados, porém, imóveis” frente ao racismo na sociedade, na Educação Básica e no Ensino Superior. Se acreditamos, escrevemos e apregoamos que a educação é um direito de todas e todos; se falamos em alto e bom som que nos colocamos contra o neoliberalismo, contra o capitalismo, o patriarcado, a LGBTQIA+fobia, contra a privatização, contra a injustiça social, também teremos que nos colocar publicamente contra o racismo. E, com isso, partir para ações antirracistas, de fato, saindo da inércia (GOMES, 2021, p. 443).

Enquanto a educação do nosso país não assumir que ela é falha com a população negra continuaremos reforçando o racismo escolar. Crianças negras importam, suas vidas devem valer tanto quanto as vidas de crianças brancas. Quando, nós pessoas negras, chegamos em uma sala de aula queremos ser abraçados e não vistos como sujeitos, imundos que precisam de cuidados e sermos sempre taxados como “o pior aluno da sala”. Precisamos de olhares acolhedores para as crianças negras dentro das escolas. Não podemos admitir que crianças negras cresçam com inseguranças, aceitando migalhas que a sociedade branca nos dá.

Não precisamos de compaixão ou caridade, precisamos de justiça, reparação, igualdade, de comida na mesa, de educação de qualidade, de saúde pública, de moradia e trabalho digno. Como professora, no processo final de formação, faço minhas as palavras da pedagoga Gomes (2021):

O trato das semelhanças e diferenças com dignidade deveria ser o eixo orientador de todos os currículos, da formação, das práticas e da competência pedagógica e acadêmica de todas e todos que se dedicam à educação e à pesquisa no Brasil. Reconhecer e respeitar o outro é mais do que um discurso moral: é um desafio e um dever político e ético de todas e todos que lutam por democracia e justiça social (GOMES, 2021, p. 447).

Encerro este TCC desejando que todas as crianças negras do presente encontrem o conhecimento e a coragem para superar os preconceitos e discriminações raciais, que possam conhecer a história de seus ancestrais e ter orgulho de si mesmas. Para as crianças negras do futuro anseio que possam viver em um mundo sem racismo. E para você, pessoa leitora desse TCC, espero que se comprometa com a luta antirracista na educação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Coleção Feminismo Plurais).
- BENEDITO, Beatriz Soares; CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia (Org.). **Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Instituto Alana, 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 04 Dez 2023.
- CARVALHO, Daniela Melo da Silva; FRANÇA, Dalila Xavier de. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa **Revista Educação & Formação**, vol. 4, núm. 3, 2019, Set/Out, p. 148-168. Universidade Estadual do Ceará DOI: 10.25053/redufor.v4i12.974.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- FILIZOLA, Gustavo Jaime. As crianças de candomblé e a escola: pensando sobre o racismo religioso. 2019.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 39-62, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, v. 29, p. 167-182, 2003.
- GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, vol. 33, no. 59, 2021. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=673373992012> DOI: <https://doi.org/10.7213/1980-5934.33.059.DS06>. Acesso em: 04 Dez 2023.
- GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista brasileira de Educação**, p. 40-51, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2 Ed. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.38. Rio de Janeiro: IBGE; 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784> Acesso em: 04 Dez 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana> Acesso em: 04 Dez 2023.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 232 p.(Coleção Feminismo Plurais).

MOREIRA-PRIMO, Ueliton S.; FRANÇA, Dalila Xavier. Experiências de racismo em crianças: o que acontece no cotidiano escolar. **Revista Uniabeu**, v. 13, n. 33, p. 24-44, 2020.

MOREIRA-PRIMO, Ueliton Santos; FRANÇA, Dalila Xavier. Efeitos do racismo da trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática. **Debates em Educação**, v. 12, n. 26, p. 176-198, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **Democracia racial**: mito ou realidade? 2009 [1977]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/democracia-racial-mito-ou-realidade/>. Acesso em: 04 Dez 2023.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 232 p.(Coleção Feminismo Plurais).

OLIVEIRA, Elissânia da Silva. “**É só de brincando, tia!**”: racismo recreativo em apelidos, piadas e brincadeiras no ambiente escolar, 2022. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2022.

PEREIRA, Amanda Lorena Bezerra. **Estratégias de enfrentamento do racismo utilizadas por professores no âmbito da educação**. 2022, 123 f. Dissertação (mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

Documento Digitalizado Público

TCC Versão Final

Assunto: TCC Versão Final
Assinado por: Matheus Souza
Tipo do Documento: Documentos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Matheus Pereira de Souza, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 02/02/2024 16:20:43.

Este documento foi armazenado no SUAP em 02/02/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 540228
Código de Autenticação: 0b5c504dce

